



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

ATA N.º 54/XIII-3º/2021-25

1 - Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, pelas 21H00, nas instalações do Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro, sita na Rua Dr. Pires de Castro, n.º 12, na Freguesia de Laranjeiro, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de junho da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 – Período de Antes da Ordem do Dia;

2.1 – Deliberações da Assembleia Municipal Jovem de Almada 2024 – apresentação pela Porta-Voz da AMJA.

3 – Período da Ordem do Dia:

3.1 – Apreciação da Petição “Carta Aberta: Por uma ciclovia ao longo da linha do metro para a Costa da Caparica” (n.º 4, do artigo 90.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Almada);

3.2 - Apresentação dos Relatórios das Comissões Permanentes, nos termos do artigo 86.º do Regimento;

3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Orçamentais Consolidadas do ano de 2023”;

3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Transferência de competências do Município de Almada para a União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas ao abrigo do DL n.º 57/2019, de 30 de abril; - Retirada por solicitação da Presidente da Câmara Municipal;

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Delegação de competências do Município de Almada para a União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, ao abrigo da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Aprovação da minuta do contrato Interadministrativo”; - Retirada por solicitação da Presidente da Câmara Municipal;

3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Apoio à União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, ao abrigo da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”; - Retirada por solicitação da Presidente da Câmara Municipal;

3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Transferência de competências do Município de Almada para a União das Freguesias de Caparica e Trafaria ao abrigo do DL n.º 57/2019, de 30 de abril”; - Retirada por solicitação da Presidente da Câmara Municipal;

3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Delegação de competências do Município de Almada para a União de Freguesias de Caparica e Trafaria, ao abrigo da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Aprovação da minuta do contrato Interadministrativo”; - Retirada por solicitação da Presidente da Câmara Municipal;

3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Apoio à união de Freguesias de Caparica e Trafaria no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, ao abrigo da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”; - Retirada por solicitação da Presidente da Câmara Municipal;

3.10 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Concessão da Exploração de um posto de abastecimento de combustíveis sito na Avenida Henrique Barbeitos, Parcela 12D do Parque da Paz, Laranjeiro”;

3.11 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Regulamento Casa em Almada”;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

- 3.12 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “2.ª Modificativa Objetiva ao Contrato n.º 37/2023 para fornecimento de licenciamento e manutenção de software Microsoft pelo prazo de 3 anos”;
 - 3.13 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Concessão de exploração de Posto de Abastecimento de Combustíveis sito na Avenida 23 de julho, Laranjeiro. Não adjudicação”;
 - 3.14 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU da Trafaria (31 de janeiro de 2022 a 30 de janeiro de 2023)”;
 - 3.15 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Não adjudicação do objeto do procedimento por Concurso Público Internacional n.º CS001152023 para Concessão de Uso Privativo do Domínio Público Municipal para a instalação e exploração publicitária de Mobiliário Urbano”;
 - 3.16 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Município de Almada”;
 - 3.17 – Eleição do representante da Assembleia Municipal de Almada na Comissão do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Município de Almada”;
 - 3.18 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Júri de recrutamento dos cargos dirigentes do Município de Almada - Designação e alteração de membros anteriormente designados”;
 - 3.19 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Projeto de Regulamento do Autoconsumo Coletivo – Núcleo de Energia Renovável dos 3VALES”;
 - 3.20 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Contrato de Delegação de Competências na educação do Município de Almada nos Diretores de AE e ENA de Almada”;
 - 3.21 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano Estratégico Local – Igualdade e Não Discriminação de Almada – INDA”;
 - 3.22 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Regulamento dos Mercados Retalhistas Municipais de Almada”;
 - 3.23 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal;
- 2** – Instalou-se a Mesa constituída pelo 1.º Secretário Ivo Almeida e a pela 2.ª Secretária Ana Paula Silva, e iniciaram-se os trabalhos.
- 3** – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.
- José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Olga Natália Maia Mariano (PS); Bruno Ramos Dias (CDU); José Alberto Azevedo Lourenço (CDU); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); João Eduardo Alves de Moura Galdes (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); Luis Amado Durão (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Inês Pezarat Correia Bom (BE); Pedro Miguel Celestino Pereira (BS); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Sara Sofia Martins Pinheiro (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS); Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).
- 4** – Nos termos e para os efeitos do n.º 3, do artigo 42.º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

4.1 – O Senhor Presidente em exercício procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS), Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU), Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Pedro Manuel Branca Lêdo (PS); António Paulo Júnior (CDU); António José Olaio da Silva (CDU) por impedimento de Andreia Sofia Egas (CDU), António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU), Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU) e António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU).

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito Nuno Ricardo Cardoso (PS).

4.1.3 – A Senhora Vereadora Joana Rodrigues Mortágua (BE) solicitou a sua substituição pela eleita Filipa Lourenço Cruz (BE).

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta justificada da Senhora Deputada Municipal Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU).

4.2 – Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que:

4.2.1 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU) sobre “Encerramento Parcial da Escola Secundária Anselmo de Andrade”, enviado para a Câmara Municipal em 08/03/2024, ainda não foi respondido;

4.2.2 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU) sobre “Candidaturas a fundos comunitários no âmbito dos Fundos do PPR para as escolas, enviado para a Câmara Municipal em 10/05/2024, foi respondido em 06/06/2024;

4.2.3 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) sobre “Programa Municipal para a Educação Ambiental e Proteção Animal”, enviado para a Câmara Municipal em 26/03/2024, foi respondido em 27/06/2024;

4.2.4 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) sobre “Construção do Centro de Bem-Estar Animal”, enviado para a Câmara Municipal em 10/05/2024, ainda não foi respondido;

4.2.5 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) sobre “Criação de um Banco Alimentar Animal em Almada”, enviado para a Câmara Municipal em 10/05/2024, foi respondido em 27/06/2024;

4.2.6 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) sobre “Plano Municipal de Desacorrentamento de Animais de Companhia”, enviado para a Câmara Municipal em 10/05/2024, foi respondido em 27/06/2024.

4.3 – Referiu ainda o Senhor Presidente em exercício a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos/às Senhores/as Deputados/as Municipais.

4.4 – Foram distribuídas atempadamente as Atas n.º 47, 48, 49, 50, 51 e 52/XIII-3º e colocadas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade, e ratificadas as respetivas Minutas, nos termos do n.º 2 e 3, do artigo 34.º, do Código do Procedimento Administrativo.

5 – Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente em exercício da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Municípes

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Senhores Municípes;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

As intervenções serão gravadas e transmitidas no canal de Youtube da Câmara Municipal de Almada, pelo que é importante que os Senhores Múncipes e toda a Assembleia o saibam, gravação essa que se estende a todas as respostas que se seguirão.

5.2 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes João Rocha, Inês Castro, Bonifácio Sanguvila, Dionísio Tavares, Rosana Silva, Anilda de Pina, Cláudia Gonçalves, Vanda Gonçalves, Maria Henriqueta Precatado e João Abrantes.

5.2.1 – O Senhor Múncipe João Rocha:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Começo por lamentar, as agressões verbais dirigidas a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros, bem como ao Presidente Pedro Matias, tanto ao nível da Assembleia Municipal, bem como na Assembleia da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, através de palavras injuriosas tais como: é mentira o que a Presidente vem para aqui dizer, situação idêntica acontece também na Junta da Charneca, sendo que atitudes desta natureza, não dão credibilidade aos eleitos deste Município, baixando sim a sua postura política perante os Múncipes.

Em relação a substituição das condutas de água potável da Estrada Nacional 10.1, poderá eventualmente existir Múncipes, insatisfeitos com a demora desta, dado tratar-se de uma obra bastante minuciosa, tanto ao nível de segurança para os trabalhadores, bem como ainda evitar a danificação das condutas já existentes, pelo fato destas abastecerem todo o Concelho de água potável. Relembro, a todos os Múncipes que, esta obra foi concluída na primeira quinzena do mês em curso, cujo transeuntes que, circulam diariamente nesta, fazem-no presentemente com segurança face a existência dos respetivos passeios, coisa que nunca existiu em toda a Estrada Nacional 10.1. Acrescento também, que esta obra, peca por tardia, a qual já deveria ter sido realizada há duas décadas, evitava assim a permanência do Piquete SMAS, diariamente neste local, a fim de repararem as condutas de água potável, sendo o rebentamento destas em toda zona - vulgo Restaurante dos Avós, até a rotunda do Texugo, o local mais crítico, de toda a Estrada Nacional 10.1.

Apraz-me elogiar o atual executivo deste Município, por ter sido a primeira Câmara a nível Nacional, a implementar vigilância permanente durante todo o ano, em todas as praias da Costa da Caparica, ou seja, desde a Cova do Vapor até a margem norte da Lagoa de Albufeira (com uma extensão cerca de 12 milhas náuticas), faz sentido atitudes desta natureza, face as alterações climáticas constantes como aconteceu recentemente no fim de semana de 13 e 14 do mês de Abril, do ano em curso, com temperaturas a rondar 30 graus no centro do

País, mas com um mar de inverno, o qual aparentava um risco elevado de perigo, devido a forte ondulação do quadrante sudoeste, nesta época do ano, cujo salvamentos efetuados nesse fim de semana nas Praias da Costa da Caparica foram cerca de 100, provavelmente, será um montante de socorros histórico.

Termino, dizendo que os responsáveis das Augis, sediadas na área de jurisdição deste Município, foram mandados para um beco sem saída, por todos os executivos cessantes, porque a Legislação vigente das Augis, durante toda a vigência de todos os executivos cessantes, ou seja, Lei n.º 91/95, de 2 Setembro, (considerada Legislação especial), no foi aplicada, durante de mais de 2 décadas, originando assim, a estagnação dos processos de reconversão até 2017, acontece que a partir desta data, o atual executivo abriu as portas às Augis, estando esta situação a dar os seus frutos, como por exemplo: a Augi – Quinta Guarda Mor, Quinta do Perfume e Quinta da Adega, respetivamente, já com os processos de reconversão concluídos.

Congratulo, ao constatar que o processo de reconversão da Augi que o signatário representa há cerca de 30 anos, ou seja, a Quinta da Adega, excetuando os 3 anos, em que estive em comissão de serviço em Ponta Delgada-Acores, (aquando da ocorrência que deu origem ao filme do Netflix), esteja já concluído em termos de arquitetura.”

5.2.2 – A Senhora Múncipe Inês Castro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Eu venho aqui hoje para falar sobre o possível encerramento da Escola Básica da Fonte Santa. E vou começar por me apresentar, para além do nome como já aqui foi dito, eu vivi quase metade da minha vida no Monte de Caparica. Ou seja, trabalhei no Agrupamento de Escolas do Monte de Caparica, desde 1985 até 2021. O que significa 36 anos, dos quais 33 estive na gestão de topo daquele Agrupamento.

Quando foi noticiado que a Câmara Municipal pretendia encerrar a Escola da Fonte Santa, a minha reação foi de estupefação. Porque não há nenhuma razão objetiva para que a escola seja encerrada. A escola precisa de ser renovada, precisa de melhorar as instalações, certo precisa. Mas, o argumento que é utilizado e eu tive a oportunidade de ver os vídeos, o argumento que é utilizado de termos uma turma misturada com o 1.º ou 4.º ano de escolaridade, esse argumento do meu ponto de vista não colhe, porque se nós estivéssemos a falar de uma escola no Portugal recôndito com 6, ou 7 ou 4 alunos, compreende-se. Mas uma escola que tem um grupo do Pré-escolar e uma turma do 1.º Ciclo, se bem que com os 4 anos de escolaridade, isso tem sido ao longo dos anos, uma oportunidade para a escola desenvolver um ensino diferenciado, que é uma coisa que se pratica pouco. Eu para ser generosa diria mesmo, 50% dos professores praticam um ensino diferenciado dentro da sua sala de aula. E mesmo nas escolas que não têm esta situação e mantendo aquilo que a legislação diz, da continuação do grupo de turma, quando chegamos ao 4.º ano, os níveis são mais do que muitos e os professores têm dificuldade naturalmente em gerir tanto nível. Mas no caso da Fonte Santa que tem à volta de 20 alunos do 1.º Ciclo, este trabalho é um trabalho que vem de há anos e que tem sido conseguido com resultados muitíssimo positivos. E tem o Pré-escolar que ajuda efetivamente, a dar uma continuidade ao percurso escolar dos alunos.

Portanto, sobre isto estamos entendidos se quiserem mais explicações eu dou.

Encerrar a Escola da Santa, encerrando uma sala de Pré-escolar, é absolutamente inaceitável, a menos que nós queiramos voltar a níveis anteriores.

Hoje praticamente todos os partidos políticos e muito bem, defendem que as crianças devem entrar no Pré-escolar a partir dos 3 anos de escolaridade, se vamos reduzir a capacidade de acolhimento, naturalmente que, entrarão com 5 e eventualmente com 4 anos. Portanto, não tem nenhuma justificação.

Quanto à questão das instalações. De facto, as instalações precisam de uma renovação, e essa renovação antes de eu me aposentar, tinha até sido falada entre mim e o Dr. João Couvaneiro, que na altura era vereador da educação. Tínhamos conversado sobre esse assunto e estávamos mais ou menos entendidos da necessidade de proceder a uma requalificação da escola. E não colhe o argumento de que a escola é uma escola do estado novo e depois qual é o problema? Mas quantas escolas neste país não são do estado novo? Escola Secundária Dona Leonor em Lisboa, Escola Filipa de Lencastre, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Hospital de Santa Maria, Universidade de Lisboa. Não é para deitar fora, é para requalificar, para melhorar.

Portanto, o que os senhores têm que fazer, é obras. E vou avançar até com uma sugestão Senhora Presidente. E a sugestão é a seguinte: aproxima-se, brevemente, irão discutir o Plano e Orçamento do próximo ano, e a minha sugestão é no sentido de incluir a requalificação da Escola da Fonte Santa nesse Plano e Orçamento. Porque aquilo tem espaço para se fazer umas salas de aula melhores, fazer-se uma sala de educação física, uma biblioteca etc. O espaço existe, não é preciso encerra-la. Esta é a minha sugestão.

Portanto, eu venho aqui apelar a um diálogo produtivo sobre esta questão. Porque a educação, as questões da educação, resolvem-se com diálogo, com reflexão, com a conversação, porque fechar uma escola é mau, fechar uma escola contra a comunidade é péssimo, fechar uma escola quando estamos a comemorar os 50 Anos de 25 de Abril, que escancarou as portas à educação democrática, não tem qualificação.”

5.2.3 – O Senhor Município Bonifácio Sanguivila:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Agradecemos a oportunidade que nos dão de sermos ouvidos. Queremos também agradecer a presença da imprensa, elemento principal ou importante na difusão da preocupação da comunidade de Penajoia.

Estamos reunidos para abordar uma questão urgente e profundamente preocupante, que afeta a nossa comunidade, localizada no Monte de Caparica em Almada.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Ela surge em função da crise habitacional que o país atravessa, com milhares de pessoas e famílias, que hoje se encontram a viver em situação de rua.

A Constituição da república prescreve e garante o direito à habitação a todos e por conta da crise habitacional estas famílias, ao seu jeito se organizaram e construíram as suas casas para se protegerem. Nos últimos anos, esta comunidade, tem enfrentado inúmeras dificuldades, mas nenhuma delas foi tão devastadora quanto a ameaça de desalojamento que paira sobre nós agora.

Somos uma comunidade composta por famílias inteiras, crianças, bebés, grávidas e idosos. A juventude também, claro. Estamos aqui para pedir ajuda e mandar ao Governo desta Câmara Municipal, medidas concretas para ultrapassar esta situação desesperadora. Queremos que esta Câmara Municipal e o Governo saibam e tenham a sensibilidade de não nos verem como número ou estatísticas, somos pessoas com histórias, sonhos e esperança de um futuro digno.

Por isso, apelamos às autoridades competentes, à sociedade em geral, a encontrar uma solução justa e humana.

Por último, deixo uma pergunta à Senhora Presidente da Câmara Municipal. O que fará a Câmara Municipal de Almada, se o IHRU avançar com as medidas colocadas no edital, que todos presumimos ser desalojamento sem uma solução à vista de realojamento.

A Câmara Municipal está disposta em garantir abrigo se o IHRU avançar com sua decisão de colocar estas famílias na rua?"

5.2.4 – O Senhor Município Dionísio Tavares:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Venho aqui para expor o nosso problema no Monte de Caparica situado no bairro Penajoia. Vivemos lá uma comunidade com pouco mais de 100 famílias, 400 pessoas, estamos a passar por uma crise habitacional, onde não há casas, não há alojamento para as pessoas, então fizemos lá um bairro à nossa maneira.

Vim aqui propor à Senhora Presidente da Câmara, sabendo que o momento em que nós vivemos, onde as pessoas não têm habitação e o próprio Estado tem lutado para oferecer habitação e as Câmaras também lutam para diminuir a falta de habitação, e agora chega lá a Câmara Municipal com o IHRU com um edital a dizer: se calhar vamos lá fazer limpezas, e vamos acabar com as centenas de casas que ali estão, existem lá crianças idosos, pessoas inválidas, pessoas sem para onde ir. Queria saber se não será contraditório uma vez que a Câmara Municipal luta para que haja mais habitação para as pessoas, seria contraditório desalojar as pessoas dali sem sequer dar uma oportunidade, sem sequer dar um sítio para onde ir.

Queria também queria perguntar à Senhora Presidente da Câmara, qual é o compromisso da Câmara Municipal de Almada em encontrar uma solução justa que seja digna para essas centenas de famílias, em vez de desalojar sabendo que a comunidade internacional está de olho naquilo que se passa na nossa comunidade.”

5.2.5 – A Senhora Município Rosana Silva:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu também sou uma moradora de Penajoia, estamos aqui todos pela mesma preocupação, porque foi afixado pelo IHRU, como também todos sabemos eles são os proprietários do terreno.

Mas eles foram lá afixaram um comunicado no dia 11 para despacharmos os terrenos no dia 10.

Estamos aqui hoje para expor a nossa preocupação, porque já tentamos entrar em contacto com o IHRU, está a ser impossível, não temos contacto, nenhuma resposta, nada até agora. Sendo que este assunto merece a máxima atenção possível porque há centenas de crianças e idosos e pessoas incapacitadas a correr o risco de viver na rua, sem ter para onde ir. Sabemos que o país está a viver uma crise habitacional e nós do bairro de Penajoia, construimos a nossa barraca, mas não foi porque queríamos, mas sim por falta de opções. Porque a vida está tudo muito caro e é complicado.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Estamos aqui hoje com um só objetivo, pedir encarecidamente à Câmara Municipal e ao IHRU, o apoio para o realojamento. Só queremos isso apoio de realojamento. Porque nós não queremos viver na rua com as nossas crianças nem as nossas famílias e não queremos ver mais barracas ou mais tendas construídas, também queremos acabar com isso, mas por falta de opções estamos a construir barracas para poder sobreviver.

Eu pergunto de maneira simples, de que maneira a Câmara Municipal e o IHRU de que maneira é que vão assegurar que nenhuma família ficará na rua até ao prazo de dia 10 de julho. É só isso que queremos saber.”

5.2.6 – A Senhora Múncipe Anilda de Pina:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Estou aqui em nome da comunidade para tentar ver qual a solução a Câmara Municipal tem para com a comunidade de Penajoia, tendo em conta que foi afixado o edital, que até ao dia 10 temos que deixar o espaço para a demolição no terreno. Toda a comunidade está preocupada com a situação tendo em conta a situação que o país vive de momento, a crise económica, a crise habitacional entre outros fatores, tendo em conta que a maioria da população é estrangeira, somos imigrantes, é mais um dos fatores que nos obriga a refugiar pela situação da construção ilegal. Todos nós sabemos da consequência da construção do bairro, sabemos das possíveis consequências futuras que o bairro poderá provocar. É com essa preocupação também que estamos aqui a apelar a uma solução, a uma habitação digna que nos alberga. Tendo em conta que o IHRU afixou o edital, temos tentado entrar em contacto, não tivemos nenhuma resposta até ao dia 10. O que é que vamos fazer? Nós não temos para onde ir, não vamos sair do sitio porque não temos para onde ir, e antes que aconteça ali o pior, estamos aqui a apelar, a pedir a intervenção da autoridade, dos responsáveis, de quem de direito, de quem nos pode ajudar neste momento de tanta angustia, de tanta tristeza, é triste porque nós somos imigrantes, estamos aqui a trabalhar para a nossa família e pela nossa vida. Eu não sei como vamos conseguir. Como vamos conseguir se não formos ajudados. Viemos aqui à procura de melhores condições, de melhor solução, ou menos ter um teto digno, se é para demolir, que avancem com a demolição, mas antes de começar o processo de demolição, que entrem em contato e falem connosco, nos mostrem solução viável capaz de nos sustentar a nós e nossas famílias. A maioria somos famílias monoparentais, são pessoas com problemas de saúde, e pessoas com crianças e grávidas e bebés, e onde não temos onde nos refugiar. E nós trabalhamos, recebemos o salário mínimo que não chega para pagar a casa, não chega para comer, como vamos fazer? Fomos para ali porque era a única solução que tínhamos no momento.

Vejam para este problema com olhos de ver, porque é uma tristeza viver na rua.”

5.2.7 – A Senhora Múncipe Cláudia Gonçalves:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu sou residente na zona da Aroeira e realmente as intervenções que foram feitas nas vias rodoviárias foram fantásticas sem dúvida.

Estamos ali com um desafio na rua onde nós moramos na Avenida Dom Afonso Henriques, porque estão a fazer daquilo agora uma pista de carros, de motas, de dia, de noite, porque realmente a via está fantástica, é uma via reta.

Eu na altura enviei um email para o Departamento da Mobilidade a pedir para colocarem lá duas lombas pelo menos na zona onde estão as passadeiras, para evitar este tipo de situações, porque nós temos as nossas crianças que passam de um lado para o outro, porque andam ali a brincar, inclusivamente às vezes já houve a situação do meu cão ter fugido para a estrada e não aconteceu nada mas podia ter acontecido, e é nesse sentido, uma vez que há lombas na Avenida do Mar, temos ali várias zonas com lombas que se pudessem pelo menos colocar duas ali onde estão as duas passadeiras, para evitar que façam cavalinhos, como nós já vimos várias vezes a altas horas da noite.”

5.2.8 – A Senhora Múncipe Vanda Gonçalves:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Gostava de pedir a todos os eleitos que não usassem os equipamentos informáticos, quando os munícipes estivessem a intervir.

Vivemos num regime livre há 50 anos, conquistado pelos nossos pais e avós, mas existe uma grande diferença entre o significado da palavra “Liberdade” e o “Respeito”. Respeito esse que não têm tido ao referirem-se a uma entidade pública que é a Escola Básica de Fonte Santa como aqui várias vezes foi mencionado por vós nas Assembleias, que esta escola está a colocar as crianças que a frequentam em risco. Mas se assim o acham, porque razão não foram feitas remodelações? Remodelações porque é só isto que é preciso na escola.

A escola não precisa de obras de raiz, tudo isto poderia ser verificado se suas excelências se tivessem dignado a visitá-la, visto as escolas do 1.º Ciclo serem tuteladas pelo Município e este está no pelouro há 7 anos. Os pais encarregados de educação, preferem e querem que os seus educandos se mantenham na Escola de Fonte Santa e estão a lutar para que esta continue com as portas abertas.

Alguns dos que aqui estão presentes, ouviu falar em comunidades de aprendizagem, que por sinal estão contempladas na Lei, estas existem no sistema educacional há 48 anos. É isto que é a Escola de Fonte Santa, uma comunidade de aprendizagem. Nada fará mudar a nossa opinião, não é uma biblioteca ou um pavilhão que vai fazer a diferença em relação a este estabelecimento de ensino. E nada nos fará parar de lutar, mas sim a atitude que o nosso Poder Local está a tomar.

Estas crianças não passam de um número para quem quer encerrar este edifício, saltam, correm, jogam futebol e tudo mais fazem de desporto como se tivessem esse pavilhão. Leem sem ter uma biblioteca para requisitarem um livro, porque são incentivados para o fazerem. Deixem-se de hipocrisias baratas e não privem estas crianças e as que virão deste espaço bem como a opção legítima dos seus pais escolherem o modelo educativo mais adequado aos seus filhos.”

5.2.9 – A Senhora Múncipe Henriqueta Precatado:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A presença da Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Laranjeiro Feijó, na Assembleia Municipal, tem como objetivo apresentar a seguinte situação: obras nas instalações da rua Febo Moniz, n.º 5 traseiras, Laranjeiro.

No dia 3 de agosto de 2003, foi celebrado um contrato de comodato entre a Câmara Municipal de Almada e a ARPILF, por um período inicial de 10 anos, sendo posteriormente renovado anualmente. Durante o ano de 2012/2013, estas instalações começaram a dar problemas, por exemplo, fendas a abrir nas paredes.

Na sequência da degradação do imóvel, foi necessária à nossa deslocação para outras instalações tendo mantido a posse do imóvel na rua Febo Moniz. Para efetuar esta mudança contamos com o apoio da Câmara Municipal de Almada, com a União de Freguesias de Laranjeiro Feijó, e com a Segurança Social de Setúbal.

A ARPILF foi instalada no antigo edifício Mercado Bazar do Laranjeiro, está lá até agora. O espaço foi adaptado e reabilitado para receber o Centro de Convívio, o Centro de Dia e a Cantina Social, tendo ganho vida desde o dia 16 de setembro de 2013. Não temos dúvidas que a ARPILF tem a posse do imóvel da rua Febo Moniz, até porque no ano de 2023, fomos contactados a fim de permitir o acesso ao imóvel em virtude de se pensar que estava a ser ocupado. Os cadeados não deveriam ter sido mudados sem o nosso conhecimento, tendo conhecimento de onde nos encontramos. Até à data, não existe denuncia expressa do referido contrato pelo que, o mesmo se renovou até maio de 2025. E temos na nossa posse as chaves do imóvel.

A ARPILF continua a ter sonhos e pô-los em prática. Neste momento temos propostas para o espaço do acordo com o Plano de Desenvolvimento Social 2024-2030. Eixo 2 condições de vida e coesão social, que podem ser apresentados em local próprio.

Face a esta situação, a ARPILF como possuidora do imóvel, pretende ter conhecimento do andamento das obras que estão a ser efetuadas neste momento e ser informada do que se está a passar e quando poderemos regressar.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

5.2.10 – O Senhor Município João Abrantes:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu estou em representação da UCAPA – União Concelhia das Associações de Pais de Almada e vou apresentar dois pontos.

O primeiro ponto diz respeito à Escola Básica de Fonte Santa, no passado dia 4 de junho a UCAPA reuniu na EB de Fonte Santa com a Professora do 1.º Ciclo, a Diretora do Agrupamento de Escolas do Monte de Caparica, e alguns Encarregados de Educação.

Nesta reunião foram transmitidos vários aspetos, relativamente à pretensão por parte da Câmara Municipal de Almada, de encerramento desta escola e respetiva discussão pública, que tem ocorrido em diversos fóruns e momentos ao longo dos últimos meses, envolvendo Professores, Direção do Agrupamento, Encarregados de Educação, Câmara Municipal, Uniões de Freguesias, em suma, as comunidades educativa e envolvente.

Para o ano letivo de 2024-2025, no processo de matrículas houve já alguns constrangimentos que originaram insegurança junto das famílias. Estas têm necessidade de atempadamente preparar o início do próximo ano letivo, visto que este impacta profundamente na organização da vida familiar.

Se do ponto de vista pedagógico dos professores e da direção do agrupamento e demais entidades competentes entendem que a oferta educativa desta escola é de qualidade, onde se inclui também a componente de escola inclusiva, se os encarregados de educação estão satisfeitos e continuam a procurar esta escola, então procuremos manter e acarinhar este espaço e este projeto.

Naturalmente que há necessidade de intervir nos espaços escolares e tanto quanto foi possível apurar, as intervenções mais significativas são inexistentes desde há muito e as pequenas intervenções decorreram com significativo atraso para o qual não se encontra explicação.

Entendemos que a concentração de alunos e recursos não é sinónimo de melhores resultados nas aprendizagens, que há necessidade de reforço de recursos para esta escola, que podem de forma simples e ágil, serem proporcionados à escola, dignificando o trabalho de todos que aí exercem as suas funções e em prole destas crianças.

Em nome das famílias e tendo em conta o superior interesse das crianças e jovens que procuram a Escola Básica de Fonte Santa, a UCAPA manifesta a sua solidariedade contra o encerramento da Escola Básica Fonte Santa, para com a Direção do Agrupamento de Escolas do Caparica dos professores e pessoal não docente desta escola e famílias que escolheram e reconhecem o trabalho educativo desenvolvido para aí colocar as suas crianças. Apelo ao executivo da Câmara Municipal de Almada, que as alterações em curso sejam amplamente debatidas com todos os intervenientes, nomeadamente, os pais, encarregados de educação. Debate este a que a UCAPA se disponibiliza desde já para participar e que adie a decisão de encerramento da Escola Básica de Fonte Santa.

Assim, a UCAPA questiona quais as razões para o encerramento da Escola Básica de Fonte Santa, quando toda a comunidade educativa é de opinião contrária.

Segunda questão, hoje em sede de Conselho Municipal de Educação, foi comunicada a intenção de iniciar obras de fundo nesta escola, com vista a abertura de duas turmas para apenas o Pré-escolar. Nós questionamos quais os prazos e duração destas obras e início.

Segundo ponto relativamente à Escola Básica do Alfeite e Escola Básica Comandante Conceição e Silva.

A 15 de maio, a UCAPA comunicou à Direção de Departamento de Educação da Câmara Municipal de Almada, a sua preocupação relativamente ao encerramento da Escola Básica do Alfeite. Transferência do 1.º Ciclo e Pré-escolar para a Escola Básica Comandante Conceição e Silva, e transferência do 2.º Ciclo para a Escola Secundária António Gedeão.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Estas alterações irão contar com um conjunto de intervenções nas diferentes escolas, com maior ou menor dimensão, envolvendo diferentes intervenientes e modalidades de contratação, e ocorrerão em diferentes momentos e com extensões temporais diferentes.

Da mesma forma, para o ano letivo de 2024-2025, também no processo de matrículas já houve diversos constrangimentos que originaram insegurança junto das famílias. Estas têm necessidade de atempadamente preparar o início do próximo ano letivo, também como referi anteriormente.

De igual forma, a Associação de Pais da EB Comandante Conceição e Silva, aliás, esta Associação de Pais vai se extinguir e a Associação de Pais do Alfeite irá então acompanhar estes meninos e estas famílias para a Comandante Conceição e Silva.

Portanto, a escola futura, a Associação de Pais que estará na Escola Comandante Conceição e Silva, terá necessidade de com enorme esforço adicional e durante os meses de julho e agosto, preparar a abertura a 2 de setembro, das suas atividades de apoio às famílias. Para além disso, há também um receio legítimo de que estes constrangimentos condicionem a abertura de oferta educativa proporcionada pelo Agrupamento de Escolas da António Gedeão.

Portanto, em nome destas famílias, defendemos que, enquanto UCAPA, o ano letivo 2024-25 deve iniciar-se com toda a normalidade para as crianças e jovens de todos os ciclos de ensino e em particular na Escolas Comandante Conceição e Silva e António Gedeão, que deve ser salvaguardado que as alterações em curso não resultem num afastamento das famílias de oferta letiva do Agrupamento de Escolas António Gedeão.

Que as alterações em curso sejam amplamente debatidas com todos os intervenientes, também nomeadamente, com as Associações do Pais e também para este debate a UCAPA disponibiliza-se para participar.

Assim, a UCAPA questiona: que garantias podem ser dadas relativamente ao início regular das atividades da Associação de Pais da Comandante Conceição e Silva a 2 de setembro, permitindo este importante apoio social às famílias.

Que garantias podem ser dadas relativamente ao arranque regular do ano letivo de 2024-25, em ambas as Escolas Comandante Conceição e Silve e António Gedeão.

Que garantias podem ser dadas às famílias de que as suas crianças não serão distribuídas pelas restantes escolas com valências de Pré-escolar e 1.º Ciclo do Agrupamento, com todo o transtorno associado.

E por último, quais as intervenções previstas, prazos de execução e duração em ambas as escolas.”

5.3 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS), a Senhora Vereadora Francisca Parreira (PS), o Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU), a Senhora Deputada Municipal Inês Pizarat Bom (BE) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

5.3.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à questão das Escolas Fonte Santa, Conceição e Silva e Alfeite, eu penso que já falamos o suficiente sobre esta matéria, teremos todo o gosto em voltar a esclarecer, aliás, parte já foi dita e eu se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal permitir passarei a palavra depois à Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira.

Agradecer naturalmente, ao Senhor Múncipe João Rocha e dizer que, em nenhuma circunstância obviamente, uma linguagem imprópria é aceitável.

Relativamente à Professora Inês Castro, também passarei a palavra à Senhora Vereador Teodolinda Silveira.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Relativamente à Senhora Múncipe Cláudia Gonçalves, nós temos absolutamente a consciência do que está a passar naquela via reabilitada, infelizmente, as lombas só por si não chega e estamos claramente a ponderar pôr um sistema de radares de velocidade, que é a única maneira eficaz de poder controlar, a experiência tem-nos dito, de facto, aquilo é uma grande reta e estamos absolutamente conscientes do perigo que aquilo pode representar.

Relativamente a todos os moradores do bairro de Penajoia.

Em primeiro lugar, agradeço a vossa presença aqui e tomamos boa nota dos pedidos que nos deixam.

Depois passarei também a palavra à Senhora Vereadora Francisca Parreira. Mas eu quero deixar desde já uma questão muito clara, que é: isto é um caso como vocês próprios reconhecem, é um caso de construção ilegal num terreno que não é municipal. E, as regras que se aplicam ali, aplicam-se se fosse um terreno privado, acresce que neste caso, por acaso até é num terreno do IHRU. A Câmara Municipal desde o início tem alertado o IHRU e tem notificado o IHRU, da mesma forma iremos naturalmente, transmitir todas as vossas palavras aqui ditas e a vossa preocupação. Mas é bom que se perceba, que aquilo é uma matéria exclusivamente da responsabilidade do Instituto Nacional para a Reabilitação e Habitação. E a Câmara Municipal, neste caso, como noutros casos, o que pode fazer e o que fez, é naturalmente, mal começaram as construções, notificar o proprietário do terreno, aplicava-se da mesma maneira fosse um privado ou um público, notificamos o proprietário do terreno, porque a Câmara Municipal nem sequer pode entrar num terreno que não lhe pertence, alertou para a questão das construções, alertou várias vezes para aquilo que lá se estava a passar, e o facto de ter ido fiscalizar e saber os moradores, até para o IHRU ter a consciência da responsabilidade que tem relativamente a muitos de vós.

Portanto, a Câmara Municipal nunca descarta as suas responsabilidades, mas também considera, fosse um proprietário privado era igual, mas no caso de ser uma entidade pública que tem aliás, nos seus estatutos, funções particulares, também não se pode descartar às suas responsabilidades.”

5.3.2 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu arriscaria a dizer que, temos horas de discussão nesta Assembleia Municipal sobre esta matéria. Argumentos de um lado, argumentos do outro. Eu hoje aqui, o que me vou propor fazer, é dar dados objetivos para que todos aqueles que estejam libertos de qualquer condicionante, possam sobre eles raciocinar.

A escola precisa de obras, não existe na área, no agrupamento e na sua área de influência, qualquer dificuldade de acolhimento de meninos do 1.º Ciclo. Nós já tínhamos esta tendência, mas fizemos questão de esperar pelos resultados das matrículas há 15 dias, para a confirmar ainda de uma forma mais forte do que aquilo que tínhamos. As escolas estão a 72% da sua capacidade do 1.º Ciclo, existindo no Agrupamento 42 vagas para acolher meninos do 1.º Ciclo, já depois daqueles que para lá vão serem acolhidos. Mas existe uma enorme necessidade no Agrupamento, e chama-se Pré-escolar.

Enquanto o 1.º Ciclo tem capacidade de acolhimento a mais, o Pré-escolar não tem. Ficam de fora neste momento, cerca de 80, 90 meninos sem colocação do Pré-escolar. E foi neste quadro exatamente que eu acabei e na análise que já a Carta Educativa fazia esta reflexão e propunha o alargamento do Pré-escolar, que a decisão foi tomada. E foi tomada no sentido de a escola vai ser requalificada, não vai fechar, a escola vai ser requalificada, e logo que os procedimentos o permitam, a escola iniciará obra e em setembro 2025, abrirá como o pólo do Pré-escolar, sendo que é essa a necessidade premente do território.

E pode continuar o seu modelo de sucesso, ninguém vai obstar. Pode continua-lo, não é por isso que ela se encerra, é ajusta-la ao território em que está inserida e o modelo de sucesso poderá com certeza com toda a liberdade continuar.

E quanto ao modelo de sucesso há outra coisa que eu gostava de dizer. Os professores e os alunos irão para a Escola N.º 1 do Agrupamento de Escolas no Monte de Caparica. Vão todos, vão os alunos, vão os professores e vão os funcionários.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Eu só espero, é que esse modelo de sucesso possa ser replicado e em vez de apanhar só os meninos de uma turma, possa apanhar os meninos de várias turmas, porque todos estaremos com certeza, nós enquanto Município ficaremos satisfeitos porque o modelo se alargou, há turmas com modelo de sucesso em maior número, e os meninos impactados serão com certeza maiores.

Portanto, aquilo que eu tinha para vos dizer é que, não vamos fechar uma escola como aqui foi dito, vamos ajustá-la às necessidades que o Agrupamento no momento tem. Vamos ajustá-la.

E aquilo que aqui foi dito, e toda a teoria em torno do 25 de Abril e da abertura das portas, ninguém vai encerrar coisa nenhuma. Vamos ajustá-la e esperamos ajustada um modelo de sucesso possa continuar lá e na outra escola do lado com vantagens para todos.”

5.3.3 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dar nota do seguinte: eu acho que é fundamental aqui referir, não vou reproduzir aquilo que foi dito pela Senhora Presidente de Câmara, mas é fundamental referir de novo, até porque esta Sessão é gravada e é pública, que as parcelas de terreno ocupadas com construções ilegais, são parcelas da propriedade do IHRU.

O Município está naturalmente, a acompanhar esta questão, melhor seria, que o Município que tem responsabilidades no seu território, não soubesse o que se passa no seu próprio território.

E desde logo, quero vos dar nota, em que começaram a surgir as primeiras construções, a Câmara Municipal notificou de imediato a entidade responsável, o IHRU, que tem claramente responsabilidades relativamente à gestão do seu próprio território e das parcelas cadastrais que ali estão identificadas e cuja propriedade é do IHRU.

E quero vos dar nota, e com maior especialidade, para que fique aqui dito, porque a Senhora Presidente de Câmara respondeu às vossas perguntas de uma forma sumária, mas muito correta, quero vos dar nota que a primeira notificação enviada ao IHRU, data de 15 de junho 2023. A segunda notificação enviada ao IHRU para que agisse, data de 15 de julho de 2023. A terceira notificação de 30 de outubro, a quarta notificação de 28 de novembro, as notificações subsequentes têm data de 5 de fevereiro de 2024, 8 de março de 2024, 11 de março de 2024, e mais recentemente 22 de maio de 2024.

O que quer dizer, que a Câmara Municipal manteve presença no território, agindo e naturalmente responsabilizando o IHRU, para que o IHRU faça aquilo que lhe cumpre. Ninguém ficará para trás, mas o IHRU tem que assumir a sua responsabilidade inteira.”

5.3.4 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quer ainda dar nota, que ainda hoje antes de vir, assim que recebemos a notificação do comunicado da Associação, voltamos a contactar o IHRU, voltamos a transmitir as vossas preocupações, e até a Senhora Vereadora ligou para a própria Administração do IHRU, para dar nota do que hoje aqui ia acontecer.

Pelas vossas intervenções percebemos todos que têm a consciência desse problema e é obvio, que se o IHRU tivesse agido em tempo e horas, hoje a situação provavelmente não seria tão gravosa e tão angustiante e estou certa que é para todos vós.

Volto a dizer, não só tem responsabilidades como proprietário, mas tem responsabilidades até estatutariamente pois é essa também, a sua missão enquanto entidade pública. A Câmara Municipal ao nível da habitação está a fazer o seu trabalho, cada uma das entidades até no âmbito da boa cooperação, tem que assumir as suas responsabilidades, porque o problema da habitação como disseram e bem, é um problema maior e isto não se resolve apenas fingindo ou omitindo ou dando parte ausente, de um problema que está a acontecer e onde investiram certamente dinheiro na construção dessas casas, sabendo a situação delicada e de imediato o



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

proprietário do terreno onde estavam, que tem responsabilidades acrescidas, devia de ter agido de imediato de facto, sim. Ir falando convosco desde o primeiro momento.”

5.3.5 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nós tivemos aqui hoje um conjunto vasto de cidadãos que nos vieram colocar um problema delicado e assaz grave, o problema da habitação.

Eu não posso deixar de lembrar esta Assembleia Municipal que, há cerca de um ano, mais ou menos por esta altura, a CDU colocou esta questão relativa ao bairro de Penajoia, e na altura não tivemos a informação, felizmente estamos a ter hoje, que a Câmara Municipal tomou a iniciativa de contactar o proprietário dos terrenos que a Senhora Vereadora Francisca Parreira acabou de relatar, ainda bem que assim foi. Infelizmente, a solução para o problema não aconteceu e hoje estamos confrontados com uma situação muito mais complicada, muito mais grave.

Eu quero aqui sublinhar que estamos perante pessoas, estamos perante cidadãos como nós, estamos perante pessoas que são crianças, que são adolescentes, que são adultos, que são idosos, que são grávidas, que estão numa situação como aqui foi hoje revelado por todas as intervenções que aqui foram feitas, numa situação de quase desespero confrontadas com a necessidade de terem que abandonar aquilo que são as suas habitações precárias porque não tem outra solução de habitação.

Eu quero aqui sublinhar também, que a responsabilidade pela garantia de habitação que é uma responsabilidade constitucional é do Estado, e é da Autarquia Câmara Municipal de Almada, que assumiu as suas competências no âmbito da habitação muito recentemente.

Portanto, eu gostaria de aqui expressar em nome da CDU, total solidariedade a estas pessoas que estão confrontadas com uma situação gravíssima da sua vida e perguntar à Câmara Municipal de Almada, independentemente do proprietário dos terrenos ser o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana e independentemente, de todas as outras circunstâncias, se a Câmara Municipal de Almada no âmbito das suas competências próprias e no âmbito das competências que assumiu no quadro da transferência de competências na área da habitação, já definiu, pensa definir ou está em vias de o fazer, algum plano concreto para o realojamento em condições dignas como o artigo 65.º da Constituição da República define, destas pessoas que estão em situação altamente precária neste momento?”

5.3.6 – A Senhora Deputada Municipal Inês Pizarat Bom (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Agradecer em primeiro lugar a presença dos moradores de Penajoia aqui nesta Assembleia Municipal, lamentar a situação inacreditável com que se veem confrontados, e pedir um esclarecimento adicional aqui ao executivo que, perante estas palavras se escusou a dar qualquer resposta a estas pessoas sacudindo a água do capote.

O que entendemos das palavras da Senhora Presidente, é que estas pessoas estão hoje a ser despejadas porque o executivo decidiu alertar o IHRU para a existência daquele bairro e da construção daquele bairro. O que eu pergunto é: a Senhora Presidente preocupa-se com a existência do bairro ou com a falta de habitação para as pessoas? É que o que me preocupa, é que as pessoas não tenham habitação e preocupa-me que este executivo ache que fez tudo o que está ao seu alcance neste dois últimos mandatos para resolver o problema da habitação, nomeadamente em Almada, onde os preços continuam a disparar, onde as pessoas não conseguem arrendar casa, já nem quarto conseguem, e portanto, vir aqui dizer que fez tudo o que estava ao seu alcance é de facto, um pouco sui generis a meu ver.

Portanto, perguntar o que é que a Câmara Municipal pretende fazer para resolver o problema de habitação dos moradores de Penajoia, em articulação com os moradores e com o IHRU.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Lembrar também que, cortar água é inadmissível e que foi isso que aconteceu também a estes moradores. Portanto, pedir o respeito pelos direitos humanos básicos de todas as pessoas que vivem neste Concelho, acho que é o mínimo que se pode exigir,

Em segundo lugar, falar sobre a questão de Fonte Santa aqui trazida também pela antiga Diretora do Agrupamento de Escolas do Monte de Caparica, já é um tema recorrente. E de facto, ver com entusiasmo que o executivo não vai encerrar, mas vai modificar. A minha questão é, se existem escolas no Concelho que estão a 72% da capacidade, porque é que não se abrem Pré-escolares nessas escolas? Porque é que é preciso colocar todos os Pré-escolares todos na Fonte Santa, onde existe uma comunidade, é que eu acho que a Senhora Vereadora e outros Vereadores que têm falado sobre o assunto, acham que as crianças são tipo brinquedos, pode-se colocar, tirar, pôr onde nós quisermos. As coisas não são assim, as escolas principalmente primárias que têm melhores frutos, são exatamente as escolas de proximidade, de comunidade como é a Escola de Fonte Santa, onde os alunos são vistos como entidades individuais e não como números que se podem pegar e pôr ali, ou ali, onde nos apetecer, onde dá mais jeito, à burocracia e às pessoas que estão atrás das secretárias e que infelizmente, ainda não visitaram a Escola da Fonte Santa.

Para terminar, dizer que é muito lamentável, haver vereadores a dizer que aquela é uma escola do estado novo. Não só porque demonstra uma enorme ignorância do que ali se faz, mas também um enorme desrespeito para com as pessoas que viveram de facto o fascismo, e que sofreram às mãos de uma escola fascista, que agredia física e emocionalmente alunos. Portanto, um bocadinho mais de consideração, acho eu, por essas pessoas e pelas pessoas que hoje trabalham na Escola de Fonte Santa. Acho que foi um enorme desrespeito para com elas os comentários que foram tecidos por vereadores deste executivo”

5.3.7 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal João Geraldês, a sua intervenção só prova que mais uma vez, que não percebeu nada do que é o processo de transferência de competências, não leu os diplomas, e saberia logo que isto nada tem a ver com a transferência de competências. Nada.

Portanto, eu só lamento que ao fim deste tempo e com as responsabilidades que tem e sendo inclusivamente líder de uma bancada importante, continue a cometer estes erros de interpretação. Ou não sabe, ou não leu, ou então está a induzir em erro propositadamente, eu prefiro pensar que é a primeira hipótese.

Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Inês Bom.

A Câmara Municipal vai continuar o seu trabalho ao nível da habitação. Portanto, vai continuar com o seu programa de realojamento das Terras da Costa e do Lelo, vai continuar com o programa de realojamento do 2.º Torrão, continuar com os programas de construção de habitação apesar do IHRU nos estar a causar grandes problemas em termos de financiamento. Terei todo o gosto em falar consigo a esse nível.

Vai continuar com os programas de reabilitação do parque habitacional, vai continuar com os seus programas de apoio à renda e o alargamento inclusivamente, penso que hoje mesmo temos uma proposta neste sentido aqui. Agora, esta situação, a Câmara Municipal decidiu avisar o IHRU, mas queria o quê? Que a Câmara omitisse do IHRU o que estava a acontecer? Eu acho que importa ser claro.

É obvio que a Câmara desde o primeiro momento deve e penso que fez o seu trabalho, em alertar o IHRU que por um lado é proprietário do terreno, por outro lado é uma instituição pública com competências particulares nesta área e estranho muito que o Bloco de Esquerda considere que o IHRU pode ser afastado até desta solução.

Eu sei que temos um combate político local, mas há apesar de tudo, mínimos naquilo que é a coerência da ação política.

Por fim, Senhora Deputada, com todo o respeito que me merece, mas não nos dá a nenhum de nós, a nenhum que aqui está, nem lições de humanidade e muito menos lições sobre crianças. Devia saber que não somos nós



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

que fazemos delas brinquedos, são sempre as crianças que muitas vezes fazem de nós os seus brinquedos e é uma alegria.”

5.4 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU) em Defesa da Honra, nos termos do artigo 55.º n.º 1 do Regimento da Assembleia Municipal de Almada.

5.4.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vou ter que invocar a figura regimental da Defesa da Honra, por uma razão muito simples.

Eu enquanto representante da bancada da CDU, fiz uma pergunta direta à Senhora Presidente da Câmara Municipal, a Senhora Presidente optou por me qualificar e por atribuir-me, pessoalmente a mim, características que não são as minhas.

É inadmissível, que uma pessoa que é Presidente de uma Câmara Municipal, se dirija a um eleito local que é tão eleito quanto ela, nas condições e com as palavras que a Senhora Presidente utilizou. Eu não qualifico as capacidades da Senhora Presidente em momento algum e não admito que a Senhora Presidente da Câmara qualifique as minhas qualidades e as minhas capacidades.”

5.5 – Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal em réplica à defesa de honra, nos termos do artigo 55.º n.º 2 do Regimento da Assembleia Municipal de Almada.

5.5.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal eu posso ir rever a gravação, pareceu-me que o Senhor Deputado me fez uma pergunta ao abrigo das transferências de competências. Eu penso que os que aqui estavam ouviram claramente que o senhor Deputado me pediu uma resposta em termos, até citou o artigo das transferências de competências.

Mas eu não qualifiquei, penso ter sido claríssimo, que se referiu que queria que eu respondesse ao abrigo das transferências de competências e eu volto a repetir com todo o respeito aquilo que lhe disse. Esta matéria em nada se enquadra com a transferência de competências. É uma matéria de uma natureza totalmente diferente, e eu terei todo o gosto em enviar-lhe o diploma para que possa verificar isso mesmo.”

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 – Para apresentar Deliberações da Assembleia Municipal Jovem de Almada 2024, usou da palavra a Porta Voz da AMJA a Senhora Deputada Municipal Jovem Ana Borralho.

6.1.1 – A Senhora Porta voz da AMJA Ana Borralho:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu irei apresentar a proposta vencedora da 4.ª edição da Assembleia Municipal Jovem, no âmbito do tema “Objetivos Europeus para a Juventude”. A nossa proposta enquadra-se em três objetivos diferentes.

O objetivo 4, da informação e diálogo construtivo, o objetivo 8, da educação de qualidade e o objetivo 9, participação para todos.

O que nós propomos é a criação de um projeto camarário tutelado pelos jovens do Concelho, que rentabilize os recursos já existentes na Câmara Municipal de Almada, através de um portal da juventude e incentive a criação de novos.

Este portal será simples e intuitivo, onde seriam divulgadas atividades direcionadas aos jovens e onde cada escola teria um espaço para divulgar as atividades que realiza ao longo do ano letivo.

Seria um espaço de troca de ideias e realização de projetos.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A divulgação do portal da juventude seria feita através das redes sociais e de boletins em escolas, casas de juventude e bibliotecas.

O projeto contaria ainda com a existência de um órgão do qual fariam parte representantes de cada escola que através de reuniões periódicas apresentariam propostas concretas de atividades. Aqui nós sugerimos palestras e workshops sobre temas atuais, como os direitos humanos, a igualdade de género, literacia financeira e política, voluntariado e projetos em parcerias com ONG,s organizações governamentais e empresas locais, criando assim oportunidades praticas de aprendizagem. Cada reunião seria então um espaço de diálogo construtivo, apresentação de projetos realizáveis tanto nos espaços camarários como adequados às escolas.

E assim criaríamos um espaço de entre ajuda e de participação para todos os jovens do Concelho.

A presença de jovens das diferentes escolas e realidades, têm ainda objetivo de melhorar as atividades já existentes na Câmara Municipal.”

6.1.2 – No debate usam da palavra o Senhor Deputado Municipal Pedro Dias Pereira (PS), o Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU) e o Senhor Vereador Filipe Pacheco (PS).

6.1.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Dias Pereira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas pedi a palavra para saudar a Deputada Jovem que acabou de intervir e desejar-lhe muitas felicidades para a sua vida, e que encare essa cidadania com essa força que aqui nos evidenciou e mostrou.

Muitos parabéns.”

6.1.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A minha intervenção em nome da bancada da CDU vai no sentido da intervenção da Ana Borralho, representante dos jovens na Assembleia Municipal, projeto que se tem vindo a desenvolver com resultados muito interessantes, sobretudo resultados esses que, aproximam os eleitos dos jovens, das escolas naturalmente, mas daquilo que eles sonham e aquilo que são os seus anseios e aquilo que eles também propõem para a nossa cidade.

Portanto, em nome da nossa bancada, saudar o vosso empenho de todos, os que têm vindo a participar, em especial à Ana, aluna da Escola Secundária Romeu Correia que aqui tão bem está a representar os membros jovens deste projeto da Assembleia Municipal.

O importante agora, tal como vos temos vindo sempre a transmitir, é que se concretizem essas vossas ideias para que vejam materializado aquilo que são os vossos sonhos, para que se sintam estimulados e que vejam reconhecido aquilo que deve ser a participação democrática.”

6.1.2.3 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para saudar a Ana Beatriz Borralho, e também a Escola Secundária com 3.º Ciclo Romeu Correia, que cuja proposta vencedora foi aquela que foi aqui apresentada e no fundo para também agradecer não só à Ana Beatriz, mas também a todos os jovens e a todas as escolas e a todos os professores que participaram neste projeto da Assembleia Municipal Jovem na edição deste ano 2024.

Dizer apenas que a Assembleia Municipal Jovem tem sido um projeto em crescendo. Nós nesta edição tivemos a participação com eleições realizadas de nove escolas, estamos a falar de mais de um terço de escolas em comparação com o ano passado e mais do quadruplo de escolas relativamente a 2022. Este ano até com a presença de duas escolas profissionais, portanto, tem sido um projeto em crescendo, que cada vez mais colhe a adesão dos jovens, dos estudantes e também dos seus professores.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Eu queria terminar também, agradecendo mais uma vez aos estudantes, aos professores, mas também e muito particularmente, ao Departamento de Desporto e Juventude, à Divisão de Juventude e também ao Departamento de Educação, são de facto, quem põe no terreno um conjunto de sessões nas escolas, depois toda a dimensão da Assembleia Municipal Jovem, evidentemente também com a colaboração da Assembleia Municipal e todos os Deputados/as Municipais.

Acho que este é um projeto ganho, um projeto vencedor, cá estaremos para o ano para a próxima edição.”

6.2 – Foram apresentados os seguintes Votos de Pesar:

6.2.1 – Pelo Falecimento de Pedro Oliveira apresentado pelo Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE);

6.2.1.1 – O Senhor Deputado Municipal António José Rocha (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O dia 15 de junho de 2024 ficará gravado na nossa memória como o dia em que perdemos o camarada Pedro Oliveira, um arsenalista convicto, um militante fervoroso e um grande amigo.

Pedro Manuel Nunes de Oliveira foi um almadense de todas as lutas. Estudou na Escola Cooperativa Mista de Ensino do Laranjeiro. Em julho de 1969 começou a trabalhar no Arsenal do Alfeite, onde dedicou grande parte da sua vida.

No Arsenal do Alfeite foi responsável do Serviço de Apoio Social, sempre solidário com todos os que recorriam a este serviço, foi sempre dedicado e interessado, um grande profissional com que todos podiam contar.

Destacou-se pela sua perseverança e espírito de entrega à causa dos trabalhadores, tendo sido membro da Comissão de Trabalhadores do Arsenal do Alfeite CTAA por vários mandatos. Uma voz que se ouvia e respeitava em todos os plénários incentivando sempre a unidade entre os trabalhadores

Foi um grande entusiasta da formação do Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas STEFFAS, do qual foi um dos seus Coordenadores, numa altura em que a luta pela criação do Sindicato apresentava grandes obstáculos.

Defendeu sempre um Arsenal ao serviço do país, ao serviço dos trabalhadores, ao serviço da população, afirmando-se na luta por condições políticas de valorização do Arsenal do Alfeite.

O Pedro foi expressão da ambição e do ideal de luta por um mundo melhor, sem ódios, sem injustiças sociais, por condições de trabalho dignas, tendo um papel ativo na ação política.

Foi fundador da União Democrática Popular (UDP) e atualmente era membro da Mesa da Assembleia Geral da Associação Política-UDP.

Sempre mobilizado na defesa da população do concelho de Almada, destacou-se como autarca no Executivo da Junta de Freguesia do Laranjeiro pela UDP após as eleições autárquicas de 1993. Foi também deputado municipal na Assembleia Municipal de Almada e eleito à Assembleia de Freguesia da União de Freguesias do Laranjeiro e Feijó pelo Bloco de Esquerda, tendo ainda integrado as listas do Bloco de Esquerda à Câmara Municipal de Almada. Foi dirigente local do Bloco de Esquerda e membro da Coordenadora Concelhia de Almada.

O Pedro foi sempre um militante empenhado, transmitindo aprendizagens e valores vastamente reconhecidos pelos seus camaradas.

Concluimos este voto de pesar com as palavras do Pedro Oliveira na sessão da Assembleia Municipal de Almada de 25 de abril de 2015, usando a sua voz, como sempre, em prol das lutas da classe trabalhadora e da liberdade:

“Apenas persistindo na defesa dos direitos, liberdades e garantias consagrados na Constituição da República Portuguesa será possível concretizar o que em 25 de Abril de 1974 acreditámos ser possível obter.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

É com profundo pesar que parte aos 73 anos um ser humano exemplar e de grandes valores. Um arsenalista firme. Um militante de entrega. Um amigo estimado. Um marido, pai e avô caloroso. Até sempre camarada Pedro Oliveira.

Assim: propõe-se que a assembleia Municipal de Almada, reunida em assembleia ordinária nos dias 27 e 28 de Junho de 2024 delibere:

1 - Expressar o seu pesar pelo falecimento do Pedro Oliveira, endereçando as condolências à sua mulher, filhos, amigos e camaradas.

2 - Fazer um minuto de silêncio em homenagem a Pedro Oliveira.”

6.2.2 – Pelo Falecimento de Leonel Duarte apresentado pelo Senhor Deputado António Pedro Maco (CDS-PP);

6.2.2.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Almada ficou mais pobre. Perdeu um amigo e um cidadão exemplar.

Os almadenses e o sector económico local receberam no passado dia 19 uma triste notícia: Leonel Duarte deixou de estar entre nós.

Leonel Duarte, empresário, deixa a sua marca e o seu legado na atividade económica local, tendo a sua notoriedade e reconhecimento público resultado do seu empenho e dedicação ao trabalho sempre com um espírito empreendedor e visionário característico daqueles que não desistem de cumprir os seus sonhos.

Foi em concreto na área da restauração que Leonel Duarte se tornou um reconhecido e acarinhado empresário local construindo o seu caminho nomeadamente com a criação da marca Dia a Dia, ajudando a elevar o nome da cidade e do concelho.

A sua atividade empresarial e social ficarão para sempre ligadas ao nome de Almada, ajudando a criar postos de trabalho e a dinamizar a economia local, mas também marcado pela dedicação e pela entrega que o mesmo tinha para com os bombeiros a quem muito entregou o seu tempo e seu contributo revelando bem o seu carácter altruísta, nobre e humanista, tendo recebido a medalha de ouro, mérito e dedicação, por altura do 50.º aniversário da cidade de Almada, reconhecendo a autarquia e o povo almadense a sua generosidade.

Sempre com um sorriso nos lábios e uma palavra amiga junto daqueles que tiveram o prazer de o conhecer ou consigo privar, Leonel Duarte, fruto da sua experiência e bem conhecedor da importância da proximidade das relações humanas, foi e será sempre recordado como um bom amigo e um fazedor de consensos e de soluções.

Almada ser-lhe-á eternamente grata.

A Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária de Junho de 2024, na localidade do Laranjeiro, apresenta à família de Leonel Duarte e aos seus amigos, as mais sentidas e profundas condolências.”

6.3 – No debate usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU), o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), a Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS), e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em nome da bancada da CDU dizer que nos iremos associar a estes dois votos de pesar, do Leonel Duarte, empresário reconhecido no nosso Concelho e se nos permitem, dizer sobre Pedro Oliveira, que era daquelas pessoas que podemos considerar como amigo, de facto, há momentos da nossa vida que se cruzam com estas pessoas, em diversos momentos e nas suas dimensões e de facto, o Pedro Oliveira foi um grande arsenalista, uma pessoa que esteve sempre para os outros nas funções que teve no próprio Arsenal ligado à ação social, também como dirigente sindical, mas sobretudo, o que destacamos nele é sempre uma pessoa muito ligada ao Poder Local, passou por diversas tarefas autárquicas, e que mesmo depois de tendo exercido tarefas



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

autárquicas, estava sempre com uma postura de colaboração e é o que nós queremos deixar aqui sobretudo, é a sua atitude e que a sua atitude nos sirva a todos como um exemplo a seguir.

Em nome da bancada da CDU apresentamos à sua família política e à sua família em particular que ele muito estimava com grande sentido de família que tinha, portanto, um abraço a eles.”

6.3.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dar nota que já foram apresentados em reunião de Câmara também dois votos de pesar relativamente tanto a Pedro Oliveira como Leonel Duarte, pelo que naturalmente a Câmara Municipal aqui se associa até porque foram votados por unanimidade e queria só dar esta nota aqui nesta Assembleia Municipal, não nos compete aqui estar a votar, mas queria dar nota que queremos prestar as mais sentidas condolências não só à família de Pedro Oliveira e à sua família política, e naturalmente reiterar os nossos sentimentos, as nossas condolências e a nossa amizade à família de Leonel Duarte.”

6.3.3 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Faço minhas as palavras do Senhor Presidente da União de Freguesias Iaranjeiro Feijó e também associar-me a este voto pelo nosso ex-colega Pedro Oliveira.”

6.3.4 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

À semelhança dos anteriores oradores, também o Partido Socialista quer se associar a ambos estes votos de pesar, quer do Senhor Leonel como todos nós o conhecíamos, que era um importante empresário da nossa terra desde sempre e que de forma sempre muito altruísta, participou direta ou indiretamente, naquilo que é a vida pública do Concelho e por isso todos nós o conhecíamos de forma natural.

Também ao Pedro Oliveira, autarca e todos nós que somos autarcas não de profissão mas muito mais, de coração muitas das vezes, porque muitos de nós não temos isto como profissão e o Pedro era de facto um deles, uma pessoa que dedicou a parte da sua vida aquilo que é o serviço público, seja como sindicalista, seja como autarca, é pena que os bons vão partindo e, portanto, associamo-nos desejando obviamente ao Bloco de Esquerda e à sua família as nossas condolências.”

6.4 - Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação dos votos de pesar, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.4.1 – O voto de pesar pelo falecimento de Pedro Oliveira foi aprovado por unanimidade.

6.4.2 – O voto de pesar por falecimento de Leonel Duarte foi aprovado por unanimidade.

6.5 – Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia.

6.6 – Para apresentar moções, deliberações e demais votos usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais:

6.6.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN), para apresentar uma Recomendação sobre “Prevenção e combate ao bullying, cyberbullying e a outras formas de violência nas escolas”;

6.6.1.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O bullying e o cyberbullying são uma realidade presente nas escolas, que afetam não apenas o bem-estar emocional e psicológico dos estudantes, mas também seu desempenho académico e seu desenvolvimento social. O bullying constitui um conjunto de comportamentos de agressão entre pares, agressão física, sexual



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

e/ou verbal, repetidamente e ao longo do tempo, sobretudo em contexto escolar. Pode ainda manifestar-se através de agressões sociais e relacionais, em que os comportamentos de agressão são praticados online.

De acordo com um estudo da UNICEF, mais de um terço dos jovens em 30 países relataram terem sido vítimas de cyberbullying, sendo que 1 em cada 5 acabou por sair da escola. Os efeitos das agressões por meios digitais podem ser ainda mais devastadores na saúde mental e no futuro de um jovem, deixando a vítima ainda mais exposta e fragilizada.

Na ausência de intervenção ou atuação, o bullying e o cyberbullying tendem a perpetuar-se e agravar-se, como indicia a APAV, identificando alguns dos sintomas e consequências para crianças e jovens: lesões físicas, mal-estar físico, diminuição do rendimento escolar, afastamento social, violência autoinfligida, tentativas de suicídio.

A implementação de programas específicos contra o bullying e o cyberbullying é crucial para criar um ambiente escolar seguro e inclusivo, onde todos os alunos se sintam respeitados e valorizados. O combate ao bullying nas escolas do município de Almada reveste-se de uma importância primordial para fomentar um ambiente educativo seguro e propício ao bem-estar dos alunos. Não estamos apenas a proteger os estudantes vulneráveis, mas também promovemos valores essenciais como respeito, empatia e solidariedade, contribuindo assim, para a formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis.

O programa "Escola Sem Bullying", do Ministério da Educação, foi implementado em apenas quatro dos agrupamentos escolares de Almada, representando 30% da rede de agrupamentos do município, um avanço inicial, mas que é imperativo alargar a fim de englobar um número significativamente maior de estabelecimentos de ensino.

Nesse sentido, a realização de atividades como workshops dedicados ao fomento do respeito mútuo, a implementação de políticas pautadas pela tolerância zero e a adoção de práticas de mediação de conflitos emergem como medidas fulcrais para mitigar a incidência de comportamentos de bullying. É fundamental que as escolas de Almada desenvolvam programas educacionais e preventivos, bem como políticas claras de combate ao bullying e ao cyberbullying.

Em última análise, o combate ao bullying não é apenas responsabilidade das escolas, mas de toda a comunidade. Pais, professores, funcionários da escola e alunos devem trabalhar juntos para criar um ambiente onde o bullying e o cyberbullying não sejam tolerados e onde todos sintam que pertencem e são valorizados.

Face ao exposto, vem a Representação Municipal do Partido Pessoas-Animais-Natureza propor que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 27 e 28 de junho de 2024, delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada:

- 1 - Realize um diagnóstico de bullying e cyberbullying municipal, que permita estabelecer e implementar estratégias de identificação, intervenção e prevenção deste problema;
- 2 - Concretize de forma regular e a curto prazo campanhas de sensibilização e ações de formação para a capacitação de toda a comunidade escolar, com foco na prevenção e resolução do bullying e cyberbullying."

6.6.2 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Saudação ao "65.º Aniversário do Cristo Rei";

6.6.2.2 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Comemorou-se no passado dia 17 de maio o 65.º aniversário do monumento português a Cristo Rei, situado no concelho de Almada na localidade do Pragal, com a presença de muitos convidados com destaque para D. Manuel Clemente, Patriarca Emérito de Lisboa, realizando-se a cerimónia anual na Capela Nossa Senhora da Pa.

Monumento emblemático da cidade, do país e do mundo, foi inaugurado em 17 de Maio de 1959, no dia de Pentecostes, contando com a presença de altas individualidades à época, mas, sobretudo, com a enorme massa humana de portugueses onde se incluíam muitos almadenses num impressionante total aproximado de 300 mil



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

peças, que saudaram o monumento a Cristo Rei, tal como cinquenta anos depois, pelo 50.º aniversário em 2009, o santuário teve de novo uma enorme enchente de peregrinos, visitantes e demais individualidades tais como o Presidente da República Aníbal Cavaco Silva, o Cardeal D. Saraiva Martins, enviado especial do Papa Bento XVI e a Presidente da Câmara Municipal de Almada, Maria Emília de Sousa, confirmando a importância e a centralidade que o mesmo tem no país e no concelho.

A ideia da sua construção foi segundo os dados históricos conhecidos, uma dádiva pelo país ter escapado ao confronto direto na 2.ª Grande Guerra mundial, mais a devoção ao Sagrado Coração de Jesus, pela grande maioria do povo português, tendo a primeira pedra para a sua construção data de 18 de Dezembro de 1949, após o fim da guerra.

Inspirado no monumento brasileiro de Cristo Redentor, na génese da criação do Cristo Rei estiveram o Arquiteto António Lino, o Engenheiro Francisco de Mello e Castro, e o criador da estátua Francisco Franco, que ficarão para sempre recordados na história como os criadores do santuário do Pragal, num trabalho realizado por centenas de trabalhadores tendo sido esculpido à mão com muita minúcia, e desenvolvido a mais de cem metros do chão.

Situado a uma altitude a cerca de 135 metros ao nível do rio e com 110 metros de altura, o Cristo Rei é não só local de romaria religiosa durante todo o ano, mas também parte integrante dos roteiros turísticos do concelho e do país, sendo visitado anualmente por cerca de 1 milhão de pessoas, onde para além dos motivos religiosos, o espaço conta com uma vista única sobre o Rio Tejo, a Ponte 25 de Abril e a capital Lisboa mais a foz do Tejo, num cenário deslumbrante e acolhedor.

Passados quase vinte anos da sua inauguração, o mesmo espaço teve ainda um papel de importante relevo na história contemporânea do país e de Almada quando em Abril de 1974, em plena revolução dos cravos, foi estrategicamente colocada uma unidade militar pronta a atuar em caso de extrema necessidade, mais concretamente a Escola Prática de Artilharia de Vendas Novas, que às ordens dos capitães revoltados, observava atentamente a fragata a mando do regime estacionada no rio Tejo em direção ao Terreiro do Paço com o objetivo de estancar a revolução. Este acontecimento ficará para sempre marcado na vida do Cristo Rei e da cidade.

Para além do monumento e sua vista emblemática não só do miradouro mas também no cimo do mesmo, fazem parte ainda das atrações do recinto um verdadeiro espaço de lazer e natureza, com espaço de convívio e merendeira na bonita e aprazível Alameda Pio XII percorrida por 8 pérgulas, tal como completa ainda com um edifício de acolhimento com camaratas e refeitório para cerca de 350 pessoas, um albergue para a Comunidade Religiosa Feminina das Apóstolos do Sagrado Coração de Jesus, a capela do Divino Coração contemplando inúmeras obras de arte sacra, culminando no seu exterior com a estátua da Beata Maria do Divino Coração inaugurada a 2019. O espaço complementa para além da Cruz Alta oferecida ao santuário colocada em frente ao monumento, o Pavilhão do Rosário da autoria do Arquiteto Luís Cunha, com capacidade para cerca de 800 pessoas.

De futuro, o Cristo Rei tem como objetivo proporcionar aos seus peregrinos, turistas e demais visitantes, a melhoria significativa das condições entregando mais conforto e mais opções de lazer tais como a conclusão dos espaços verdes e caminhos pedonais, a conclusão do miradouro, a construção do museu e a colocação de novas esculturas, o albergue para peregrinos, a Igreja com capacidade para 1000 lugares, a capela de Nossa Senhora de Fátima, a residência para sacerdotes e o aumento da oferta de estacionamento, são entre outras ideias pensadas e planeadas para o local.

Assim, e porque a história da cidade se confunde com a história do Cristo Rei situado na localidade do Pragal desde 17 de maio de 1959, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 27 e 28 de junho de 2024 na localidade do Laranjeiro, saúda o 65.º aniversário do monumento a Cristo Rei tal como reconhece a importância que o mesmo tem para a cidade e para concelho quer na sua vertente de peregrinação religiosa quer na sua vertente turística, económica e de lazer.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.6.3 – A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues (CDU), para apresentar uma Saudação ao Festival de Teatro de Almada e Companhia de Teatro de Almada”;

6.6.3.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Festival de Teatro de Almada regressa em 2024, nas datas habituais entre 4 e 18 de julho próximo.

Uma das mais conhecidas, reconhecidas e galardoadas mostras de teatro de Portugal e da Europa, realiza-se em terras de Almada há 41 anos consecutivos.

Ao longo de 15 dias de intensa atividade cultural, que fica todos os anos muito longe de esgotar-se nos sempre fortemente cativantes e empolgantes espetáculos, criteriosamente selecionados entre o que de melhor é produzido pelas companhias de teatro portuguesas e estrangeiras convidadas a integrar o programa, cinco espaços culturais em Almada – Teatro Municipal Joaquim Benite, Escola D. António da Costa, Fórum Municipal Romeu Correia, Incrível Almadense e Academia Almadense –, e um espaço em Lisboa – Centro Cultural de Belém –, irão acolher, em oito palcos distintos, as 19 produções incluídas na programação desta 41.ª edição do Festival de Teatro de Almada.

O teatro português estará representado por oito produções, que nos serão oferecidas por companhias instaladas e com atividade regular em pontos tão distintos do território nacional como Almada, Viana do Castelo, Palmela, Lisboa ou Porto, e o teatro internacional será representado por onze produções, com origem em países e culturas diversificadas, como o Líbano, Itália, França, Espanha e Inglaterra.

Ao lado e em simultâneo com as representações em palco, decorrerão ainda as habituais atividades complementares, como a 11.ª edição do Curso de Formação – este ano dedicada à dramaturgia –, os Encontros da Cerca, os Colóquios na Esplanada, Exposições Documental e de Pintura, e uma instalação de homenagem à companhia de teatro A Barraca, uma das mais importantes e históricas companhias de teatro portuguesas contemporâneas, e que é homenageada pelo Festival nesta sua 41.ª edição, assinalando igualmente o 50.º Aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere:

1 - Saudar vivamente a realização do 41.º Festival de Teatro de Almada, promovido e organizado pela Companhia de Teatro de Almada, em parceria com a Câmara Municipal de Almada, que se afirmará certamente entre os próximos dias 4 e 18 de julho, e uma vez mais, como um ponto alto de enorme significado e importância para a promoção e divulgação da arte, da cultura e do saber, através dessa engenhosa forma milenar de contar as venturas e desventuras da vida humana, que é o Teatro.

1 - Saudar vivamente a Companhia de Teatro de Almada, os seus profissionais, atores, encenadores, coreógrafos, técnicos de outras especialidades e diretores, com especial destaque para o seu Diretor Artístico, Rodrigo Francisco, todos os muitos milhares de amigos da Companhia de Teatro de Almada e do Teatro e Artes Cénicas em geral, o vasto e diversificado público de Almada e de tantas outras partidas de Portugal e do mundo, que todos os anos visitam e usufruem o Festival, sublinhando a importância e significado de 41 anos ininterruptos de intensa e riquíssima atividade cultural e artística, que mobiliza centenas de milhares de espetadores, e transporta o nome de Almada às quatro partidas do mundo.”

6.6.4 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU), para apresentar uma Saudação ao Festival Sementes e Teatro Extremo”;

6.6.4.1 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A 29.ª edição da Mostra Internacional de Artes para o Pequeno Público – Festival Sementes, promovida e organizada pela Companhia de Teatro Extremo, Associação Cultural, decorreu entre os passados dias 17 de maio e 2 de junho.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Integrando um vastíssimo conjunto de atividades, todas elas ligadas às artes performativas e à literatura, a 29.ª edição deste Festival proporcionou a um vasto público, prioritariamente infanto/juvenil, mas envolvendo também adultos, e percorreu palcos, salas de espetáculo e espaços ao ar livre de cinco localidades diferentes: Almada, Loures, Montemor-o-Novo, Palmela e Seixal.

Oferecendo uma vasta programação que incluiu exposições, circo, teatro, teatro de rua, oficinas, dança, atividades multidisciplinares, contacto com os livros e a leitura, ludoteca, entre outras atividades, o Festival Sementes constituiu, uma vez mais, um enorme êxito na promoção e divulgação das artes performativas junto do público mais jovem, assumindo-se como um contributo de enorme importância e significado para a formação de um público cada vez mais informado e mais exigente, e permitindo que Almada continue a afirmar-se como um dos polos mais importantes do país no que a esta área de atividade cultural diz respeito.

O Festival Sementes, e a Companhia Teatro Extremo, afirmam-se assim, de novo, como exímios embaixadores de Almada e da atividade de produção cultural aqui produzida, promovendo a imagem do Concelho em múltiplos espaços e junto de diferentes públicos, constituindo-se dessa forma como um fundamental fator de desenvolvimento cultural da nossa terra.

É do conhecimento geral que a Companhia de Teatro Extremo assegura, há já quase uma década (desde 2015), o funcionamento e programação regulares do equipamento municipal Teatro Estúdio António Assunção, aí desenvolvendo a sua vastíssima atividade artística, cultural e formativa, promovendo não apenas os seus próprios espetáculos, mas acolhendo igualmente produções de outras companhias e grupos de teatro e artes performativas do Concelho de Almada, assegurando uma oferta de bens culturais muito aberta e eclética naquele espaço cultural municipal.

É também já do conhecimento público, que a Câmara Municipal de Almada entendeu lançar um concurso público para concessão da exploração do Teatro Estúdio António Assunção, e que, ainda que os procedimentos do concurso não se encontrem concluídos, se sabe que o júri daquele concurso decidiu não atribuir aquela concessão ao Teatro Extremo, mas a uma entidade externa ao Concelho de Almada.

Depois de trinta anos de atividade, mais de meio milhão de espetadores, 63 espetáculos diferentes, 29 Mostras Internacionais de Artes para o Pequeno Público, dezenas de outros espetáculos em diferentes Concelhos de Portugal e em 10 países distintos, que acolheram as produções da Companhia do Teatro Extremo, eis que o júri de um concurso decide propor à Câmara Municipal de Almada que corte as fortes e sólidas amarras que unem Almada, o Teatro Estúdio António Assunção e um público diversificado e muito amplo à Companhia do Teatro Extremo, colocando em causa, de forma incompreensível, um vastíssimo e valiosíssimo património cultural, de características únicas no nosso país, em nome sabe-se lá de que princípios e objetivos concretos.

A Capital do Teatro, como é conhecido o Concelho de Almada nas quatro partidas do nosso País, e mesmo no estrangeiro, não pode sentir-se feliz, muito menos pode regozijar-se, com uma decisão que fere, de forma ostensiva, diremos mesmo escandalosa, uma parcela tão importante e valiosa do património cultural de Almada e dos Almadenses.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere:

1 - Saudar vivamente a realização da 29.ª Mostra Internacional de Artes para o Pequeno Público – Festival Sementes, promovida e organizada pela Companhia de Teatro Extremo, um novo ponto alto de enorme significado para a promoção e divulgação da arte, da cultura e do saber, em particular junto de públicos mais jovens.

2 - Expressar vigorosa solidariedade com o Teatro Extremo – Companhia de Teatro Itinerante, Associação Cultural, com os seus profissionais, atores, encenadores, coreógrafos, técnicos de outras especialidades e diretores, com todos os muitos milhares de amigos do Teatro Extremo e do Teatro e Artes Cénicas em geral, com o público infantil e jovem de Almada, e de outros pontos do país e do mundo, a quem o Teatro Extremo tem dedicado extremada atenção, carinho e dedicação, também ao seu público adulto, e aos Almadenses em geral, sublinhando a importância e significado de 30 anos de intensa e riquíssima atividade cultural e artística, que mobiliza centenas de milhares de espetadores, e transporta o nome de Almada às quatro partidas do



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

mundo, e reafirmando a necessidade de serem integralmente mantidas as condições para que o Teatro Extremo prossiga a sua atividade em condições adequadas, uma exigência de todo o Concelho de Almada que cumpre, necessariamente, à Câmara Municipal assegurar.”

6.6.5 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE); para apresentar uma Moção “Contra o Racismo”;

6.6.5.1 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O racismo e a discriminação racial são problemas graves que afetam a vida de milhões de pessoas em todo o mundo.

Em Portugal, apesar dos progressos realizados nos últimos anos, ainda há muito a ser feito para combater estas práticas nefastas.

Exemplo disso foram os últimos atos violentos que presenciamos na cidade do Porto em que as vítimas, alvos de discriminação racial foram atacadas por elementos associados a movimentos de extrema direita.

Precisamos de uma sociedade mais inclusiva e tolerante, assim, a escola tem um papel fundamental a desempenhar na promoção da tolerância, do respeito à diversidade e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

É importante que as escolas implementem medidas concretas para prevenir atos de violência racista e para promover a inclusão de todos os alunos, independentemente da sua raça ou cor da pele.

Em contexto escolar é preocupante os números apresentados face aos atos racistas. Damos ênfase à importância de combater o racismo e a discriminação racial em todas as suas formas, a necessidade de promover a inclusão e a integração de todos os alunos nas escolas, independentemente da sua raça ou cor da pele e sobretudo, fomentar o papel fundamental da escola na formação de cidadãos tolerantes, respeitosos e conscientes da importância da diversidade.

Propomos que a Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 27 e 28 de Junho delibere:

- 1 - Condenar veementemente todos os atos de racismo e discriminação racial, seja qual for a sua forma;
- 2 - Defender a promoção de medidas de inclusão e integração na escola, com o objetivo de prevenir atos de violência racista;
- 3 - Recomendar à Câmara Municipal a implementação de medidas concretas para promover a educação para a tolerância e o respeito à diversidade nas escolas do Concelho, tais como:
 - A realização de workshops e palestras sobre o tema do racismo e da discriminação racial;
 - A implementação de programas de sensibilização para a comunidade escolar;
 - A criação de materiais educativos sobre o tema do racismo e da discriminação racial;
 - O apoio a projetos de promoção da interculturalidade e da inclusão.”

6.6.6 – A Senhora Deputada Municipal Inês Pezarat Bom (BE); para apresentar um “Voto de Solidariedade com o Povo da Palestina”;

6.6.6.1 – A Senhora Deputada Municipal Inês Pezarat Bom (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De Gaza e outros lugares da Palestina continuam a chegar-nos imagens brutais. Corpos enterrados ainda vivos em valas comuns. Milhares de pessoas mortas. Crianças, mulheres e homens vítimas de atrocidades inimagináveis. Ataques intencionais das forças armadas de Israel a edifícios consagrados ao culto religioso, à educação, a hospitais, bem como ao pessoal de organizações humanitárias e das agências das Nações Unidas.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Assistimos igualmente à privação de bens indispensáveis à sobrevivência da população civil e ao impedimento de envio de socorros.

É certo que a 7 de outubro de 2023, o Hamas lançou um ataque contra Israel marcado por uma inqualificável brutalidade, massacrando civis e tomando reféns, atuação que mereceu a mais viva indignação e condenação. Mas a consciência da humanidade não pode aceitar a ação desproporcionada e violadora do direito internacional humanitário posta em marcha pelo governo de Israel, dominado pela extrema-direita.

O pedido do procurador do Tribunal Penal Internacional (TPI) para que sejam emitidos mandados de captura para o primeiro-ministro e chefes militares de Israel pela prática de crimes de guerra como ataques contra a população civil e outras condutas previstas no artigo 8.º do Estatuto de Roma do TPI, bem como para dirigentes do Hamas pela prática de crimes de guerra como assassinio, a tomada de reféns e tratamentos desumanos e cruéis em contexto de guerra, é a expressão de que os crimes de maior gravidade que afetam a comunidade internacional no seu conjunto não devem ficar impunes.

Perante todo este horror, António Guterres, secretário-geral das Nações Unidas, tem apelado ao cessar-fogo e à ajuda humanitária a Gaza. Estes apelos têm mobilizado a comunidade internacional, nomeadamente a sociedade civil à escala planetária para que o cessar-fogo se concretize imediatamente. E a recente decisão da ONU de incluir o Estado de Israel na lista de países que viola as leis internacionais de proteção às crianças foi mais uma condenação da política desumana contra o povo da Palestina.

Além de condenar todas as agressões, incluindo o assassinato, rapto e outras violações de direitos humanos que foram cometidas contra as vítimas inocentes desta guerra, o escalar do conflito exige mais do que o apelo humanitário; exige ação política concreta que possa contribuir para uma solução pacífica e negociada que só pode passar pela garantia do direito do povo palestino a um Estado soberano e independente, com as fronteiras de 1967 e capital em Jerusalém Oriental, e a efetivação do direito ao retorno dos refugiados, conforme as resoluções da ONU.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 27 e 28 de Junho de 2024, Delibera:

- Expressar a sua solidariedade ao povo da Palestina, alvo de ataques brutais das forças armadas de Israel;
- Manifestar o seu apoio às posições do Secretário-Geral das Nações Unidas e das organizações internacionais que lutam por uma paz justa no conflito Israel-Palestina;
- Apelar ao governo português para que se junte aos mais de 140 países que já reconhecem o Estado da Palestina."

6.7 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU), nos termos do artigo n.º 44.º, alínea a) e b), do Regulamento da Assembleia Municipal de Almada, relativos a assuntos gerais de interesse para a Autarquia e esclarecimentos sobre a Atividade da Câmara Municipal.

6.7 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No âmbito das suas atividades políticas, os eleitos pela CDU nos Órgãos Autárquicos do Concelho de Almada, reuniram com a Direção do Agrupamento de Escolas do Monte de Caparica.

Nessa reunião foram abordados diversos assuntos relacionados com o funcionamento da Escola e do Agrupamento, tendo sido referidas com particular ênfase, as débeis condições de conservação do estabelecimento sede do Agrupamento da Escola Básica 2,3 do Monte de Caparica.

Os eleitos da CDU tiveram a oportunidade de confirmar a existência de múltiplas deficiências no edifício daquela escola, alguns delas de características eminentemente estruturais, como por exemplo, o afastamento acentuado de paredes que suportam varandas de algumas salas, designadamente laboratórios, apresentando fendas que permitem ver o interior das salas a partir da rua.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O piso fortemente degradado e os sistemas de abastecimento de água e esgotos, são outros problemas relatados pela Direção do Agrupamento.

Os eleitos pela CDU souberam igualmente, que a Escola Básica 2,3 do Monte de Caparica, tinha sido incluída numa lista de escolas prioritárias a intervir, no sentido da sua reabilitação, mas sem qualquer explicação foi retirada dessas prioridades.

A CDU teve a oportunidade de colocar esta questão em reunião da Câmara Municipal. A resposta da Senhora Vice-Presidente e Vereadora responsável pelo pelouro da Educação, de que teria sido o Ministério da Educação e não a Câmara Municipal a elaborar essa lista de prioridades, integrando e depois retirando aquela escola dessa lista, não satisfaz naturalmente, a CDU.

O que importa saber no quadro em que a Câmara Municipal assumiu responsabilidades pela gestão de todo o parque escolar no âmbito do processo de transferência de competências da Administração Central para as Autarquias Locais, é se a Autarquia considera prioritária a intervenção de reabilitação daquela escola ou não.

A pergunta que fazemos, é, pois, se a Câmara Municipal de Almada tem a intenção no futuro próximo, de reabilitar a Escola Básica 2,3 do Monte de Caparica?

Complementarmente, se não existir essa intenção, quais as razões para essa opção face ao estado de conservação visivelmente inadequado daquele estabelecimento de ensino.

Ainda sobre a educação, retomamos a questão do encerramento forçado da Escola Básica do 1.º Ciclo Jardim de Infância da Fonte Santa, que já hoje aqui foi colocado.

E para sublinhar o importante na nossa opinião, mas colossal retrocesso da opinião da Câmara Municipal relativamente a esta matéria.

Todos estamos lembrados, que não há muito tempo, a posição da Senhora Presidente da Câmara e da Senhora Vereadora Teodolinda Silveira é: encerrar, ponto final. A escola vai fechar e ponto final. E foram adiantados os mais diversos argumentos para que essa fosse a solução. Felizmente, a Câmara Municipal reconhece hoje que não é para encerrar, é para modificar, mas nós entendemos, que há todas as condições para que aquela escola seja reabilitada, aliás, esse é outro reconhecimento que a CDU sempre defendeu que a escola deveria ter sido reabilitada já e que a Câmara Municipal se recusava a encarar, a escola deve ser reabilitada e deve retomar as suas funções no próximo ano letivo exatamente nas mesmas condições em que aquela comunidade de aprendizagem está a funcionar. Há condições para isso e é essa a posição que nós defendemos.

Portanto, a pergunta que nós fazemos é se a Câmara Municipal está disponível ou não para reavaliar a sua posição e garantir o funcionamento daquela escola como é aliás, claríssimo na posição de toda a comunidade escolar que é intenção generalizada daquela comunidade.

Para terminar em matéria de educação uma questão ainda, em 10 de maio de 2024, o Grupo Municipal da CDU dirigiu através do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, um requerimento à Senhora Presidente da Câmara Municipal, solicitando informação sobre se foram apresentadas candidaturas ao Programa Escola da Região de Lisboa e Vale do Tejo, e em caso afirmativo, quais as justificações para que essas candidaturas não tenham sido consideradas ilegíveis para financiamento?

O Grupo Municipal da CDU recebeu resposta ao referido requerimento no dia 6 de junho, onde é confirmada a candidatura do Município de Almada ao financiamento no âmbito daquele programa, acrescentando que não havia sido notificado até aquela data pela CCDR-LVT, da não aceitação das referidas candidaturas.

Perguntamos, se até à data de hoje, 27 de junho de 2024, a Câmara Municipal de Almada já foi notificada da decisão da CCDR-LVT, relativamente às candidaturas apresentadas. Em caso afirmativo qual a decisão? No caso de ainda não ter sido notificada, se a Câmara Municipal não acha no mínimo estranha essa ausência de notificação?"

6.8 – No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as José António Rocha (BE), António Pedro Maco (CDS-PP), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Ana Margarida Lourenço



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

(PS), João Eduardo Galdes (CDU), António Francisco Salgueiro (PSD) e ainda Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.8.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para deixar aqui algumas notas que justificam os votos do Bloco de Esquerda nos documentos apresentados.

Relativamente às moções apresentadas pela CDU, o Bloco de Esquerda não só vota favoravelmente, como subscreve as saudações ao Festival de Teatro e Festival Sementes, por momentos tão importantes, com impacto significativo na dinâmica cultural em Almada, e que nos vão proporcionando experiências culturais que ultrapassam os palcos criando novas formas de fruição e interação com as artes.

Relativamente à saudação apresentada pelo CDS, não só não nos revemos no carácter saudosista do texto, e para além disso, no nosso entendimento devemos manter a separação entre religião e política, defendendo desta forma a laicidade do Estado. Não temos nada contra o monumento em si nem contra os seus 65 anos de existência, mas não nos revemos em boa parte do conteúdo do documento que nos é apresentado e, portanto, a bancada do Bloco de Esquerda vai se abster neste documento.”

6.8.2 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CDS vai votar favoravelmente o documento do PAN e saúda também neste caso as duas moções apresentadas pela CDU relativamente ao Festival de Teatro de Almada e também o Festival Sementes e Teatro Extremo, com certeza são duas entidades reconhecidíssimas do Concelho de Almada que levam o nome de Almada além-fronteiras através do teatro, através da cultura. Só tenho pena que, que o cinema não tenha também ou não se possa vir a dar um maior ênfase ao cinema, ainda tem tempo Senhora Presidente, tem mais um ano, portanto, ainda tem tempo para podermos fazer qualquer coisa.

Depois relativamente ao Bloco de Esquerda. Eu não sei a que é que se refere o saudosismo, deve ser ao 25 de Abril, que é aquilo que fala aqui esta mesma moção, também na moção apresentada pelo CDS. Mas o Bloco de Esquerda tem aqui na sua moção contra o racismo que diz: “O papel fundamental na escola, na formação de cidadãos tolerantes, respeitosos e conscientes da importância da diversidade”. Mas esta diversidade e tolerância é só para o Bloco de Esquerda, quando é para os outros, aí já não conta.

E fala também aqui na moção da palestina que o CDS vai votar contra, fala dos edifícios consagrados ao culto religioso, mais uma vez só serve quando é para os outros. Portanto, é o Bloco de Esquerda a fantasiar, já nos habituamos, é o Bloco de Esquerda a ser o Bloco de Esquerda, por isso são cada vez menos.”

6.8.3 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Venho desta forma apresentar os sentidos de voto da Bancada do CHEGA.

Vamos votar favoravelmente quase todos os documentos hoje apresentados.

Vamos nos associar à saudação dos 65 anos do Santuário do Cristo Rei, à saudação do Festival Sementes, assim como ao Festival de Teatro de Almada.

Relativamente à recomendação do PAN, gostaríamos de aproveitar a ocasião para acrescentar alguns pontos.

Trata-se de um assunto que efetivamente nos preocupa, além dos contactos que mantemos com a população, encarregados de educação e comunidade no geral, os Deputados do CHEGA têm filhos na Escola Pública, e sentem em primeira mão o escalar de muitas situações.

Mas não só junto das nossas crianças temos percecionado uma escalada do bulling, como também tomamos conhecimento de situações de elevada gravidade passada com auxiliares, professores e diretoras das escolas. O



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

universo escolar precisa no seu todo de uma mudança de paradigma que reponha o sentimento de segurança para todos.

Iremos igualmente votar a favor da moção contra o racismo, mas queria aproveitar para lembrar que não bastam palavras bonitas nos canais de televisão ou moções nas Assembleias Municipais. É preciso demonstrar na prática, no dia a dia, o repúdio face ao racismo. E nesse sentido, basta olhar para os eleitos do CHEGA na Assembleia da República, para ver que é a bancada mais multicultural e multirracial da nossa Assembleia, a única que se aproxima a uma verdadeira representação da sociedade portuguesa.”

6.8.4 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Partido Socialista irá votar favoravelmente as moções que foram apresentadas, mas temos aqui uma questão muito séria sobre a qual nos queremos debruçar e acho que toda a Assembleia devia de fazer uma reflexão se esta moção deve permanecer assim ou não.

A CDU apresenta aqui uma saudação que obviamente acompanhamos áquilo que é a atividade do Teatro Extremo e do Festival Sementes, e começa no 5.º parágrafo deste documento a dizer o seguinte: “É também do conhecimento público, que a Câmara Municipal de Almada entendeu lançar um concurso público para a concessão da exploração do Teatro-Estúdio António Assunção, e que, ainda que os procedimentos do concurso não se encontrem concluídos, se sabe que o júri do concurso decidiu não atribuir aquela concessão ao Teatro Extremo, mas uma entidade externa ao Concelho de Almada”. Há aqui uma coisa que tem que ficar bem clara, esta informação não é pública, ninguém que se encontra nesta sala poderia ter esta informação. Isto é grave. O que nós estamos a fazer, é pôr em causa um procedimento concursal que está a decorrer, estamos a pôr em causa a fase de audiência dos interessados que está a decorrer, e presumo que seja assim que a CDU lhe tenha chegado esta informação, mas o que é facto, é que nesta fase as únicas pessoas que poderiam ter esta informação, seria o júri do concurso e os concorrentes ao mesmo. E eu quero saber o que é que a CDU tem a dizer em relação a isto, se retira toda a informação referente a esta matéria do documento ou não? Porque senão estaremos aqui a cometer uma ilegalidade que é interferir politicamente, áquilo que está a decorrer de forma transparente, porque não existe nada mais transparente do que um concurso público.

Mas há mais a dizer, a atividade do Teatro Extremo não é colocada em causa, nem está em causa o óbvio trabalho que têm feito ao longo dos anos, por causa da gestão de um equipamento municipal. A Câmara Municipal e todas as Juntas de Freguesia deste Município, apoiam já há vários anos e continuam a apoiar, o excelente trabalho e a excelente atividade que o Teatro Extremo tem feito em prole da população, em específico para as crianças e jovens.

Mas há uma coisa que nós não podemos fazer, está aqui matéria muito séria, o que nós aqui estamos a cometer é uma ilegalidade, eu não quero saber como é que souberam desta informação, eu não quero ter esta informação, nem eu nem nenhuma pessoa que está dentro desta sala.

Portanto, eu peço desculpa, mas as coisas têm de ser tratadas de forma bastante séria. E a seriedade dos factos, é que nesta fase, esta informação, não podia estar nem numa moção, nem nenhum de nós poderia saber. E o Partido Socialista quer saber o que é que a CDU vai fazer em relação a isto.”

6.8.5 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Deputada Margarida Lourenço, agradeço a sua intervenção e quero de forma aqui muito solene dizer que, eu enquanto Presidente e Vereadora da Cultura, não obtive nenhuma informação sobre qualquer resultado do concurso. Não obtive porque não o quero obter, porque não o pedi e porque o procedimento concursal tem, garanto, a total autonomia do júri, assim como garanto a totalidade dos direitos de cada um dos concorrentes. Portanto, seria inclusivamente, incapaz de nomear esta suposta outra companhia. Não sei quem é, não me foi informado, não interfiro absolutamente em nada deste concurso e sou a Vereadora da Cultura. Porque a partir



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

do momento em que há um concurso público, e que foi uma decisão que foi deliberada, os procedimentos devem ser respeitados.

Portanto, que isto fique aqui registado. Não sei, não quero saber e enquanto não houver uma decisão final, que será devidamente ponderada na altura própria e no sítio próprio, obviamente não me irei pronunciar sobre nada do procedimento.”

6.8.6 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas com toda a seriedade e com toda a calma, informar a Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço e também a Senhora Presidente da Câmara Municipal, que, a informação de que dispomos foi publicada na página do Teatro Extremo na Internet, nomeadamente, no Facebook.”

6.8.7 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal João Geraldês, é pena que diga isso, porque quem fica mal no figurino, então é o Teatro Extremo, entidade pela qual temos muito respeito, entidade que reconhecemos o seu trabalho, mas o que é facto é que o Teatro Extremo enquanto interessado não podia tornar público esta informação. Se tornou pública esta informação, se calhar temos um problema maior no concurso. E se a CDU acabou de dizer isso, então se calhar temos um problema maior no concurso.

Mas como lhe digo, isto não é matéria para ser discutida aqui na Assembleia Municipal. Isto é matéria do procedimento concursal, é matéria que o júri e os juristas terão de dar resposta, mas há uma coisa que eu tenho a certeza, isto é matéria que não devia ser pública em momento algum, até haver a decisão da proposta de adjudicação. É assim que funcionam os concursos públicos em Portugal, é assim que devem continuar a funcionar, e a interferência política naquilo que é o processo mais transparente de adjudicação e contratação pública, não deve de forma alguma acontecer. Porque nós não podemos estar constantemente a dizer, que queremos a transparência e queremos que tudo seja claro e que são dinheiros públicos, e depois apresentamos um documento que não tem outra intenção, senão haver uma interferência direta política de um órgão municipal. E isto é grave. Vocês podem não querer estar a dar-lhe a gravidade que tem, mas eu sei que vocês sabem que isto é bastante grave.”

6.8.8 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para situar a discussão, Nós estamos a discutir uma saudação da CDU ao Festival Sementes e à Companhia de Teatro Extremo, não estamos a discutir nenhum concurso público, não estamos a discutir rigorosamente regras nenhuma, estamos a discutir uma saudação ao Festival Sementes e à Companhia de Teatro Extremo.

A CDU não retira nem uma palavra daquilo que está escrito.

Já aqui dissemos qual é a nossa fonte de informação, ela é pública, está publicada e não temos nenhuma responsabilidade relativamente a esta matéria. Portanto, é uma saudação da CDU ao Festival Sementes e à Companhia de Teatro Extremo.”

6.8.9 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Não retiro nada daquilo que disse como é obvio, sabemos perfeitamente que esta saudação é uma saudação ao Festival Sementes e ao Teatro Extremo, tive a oportunidade de referir no início da intervenção que obviamente, nada retira o mérito nem do Festival nem do Teatro, mas o documento que aqui está tem matéria que não devia ter e nós estamos a votar o documento como um todo. E o que acontece é que a CDU também se recusa a tirar



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

toda e qualquer referência a esta matéria. Portanto, isso é uma opção política que a CDU faz e obviamente que o Partido Socialista não pode votar este documento, é mais do que óbvio. Nós não podemos votar um documento sobre matéria à qual não deveríamos ter acesso. E eu espero mesmo, que isto não ponha em causa, isto ou a publicação do Teatro Extremo ou seja o que for, não ponha em causa o concurso que está a decorrer. É só isso que eu espero.”

6.8.10 – O Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente ao Período de Antes da Ordem do Dia em apreciação, informo que o PSD irá votar a favor da recomendação do PAN sobre a prevenção e combate ao bullying nas escolas.

Votaremos também a favor da saudação ao 65.º Aniversário do Cristo Rei apresentada pelo CDS-PP.

Votaremos também a favor da saudação da CDU relativa ao Festival de Teatro e à Companhia de Teatro de Almada.

Já no que respeita à saudação ao Festival Sementes e ao Teatro Extremo, não podemos acompanhar a posição da CDU nos termos em que se encontra redigido o documento.

Votaremos a favor do documento contra o racismo do Bloco de Esquerda e abster-nos-emos no voto de solidariedade.”

6.9 – Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado as seguintes votações:

6.6.1 – A Recomendação sobre “Prevenção e combate ao bullying, cyberbullying e outras formas de violência nas escolas”, foi aprovada por unanimidade.

6.6.2 – A Saudação ao “65.º Aniversário do Cristo Rei”, foi aprovada por maioria com 34 votos a favor sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e 3 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do BE.

6.6.3 – A Saudação ao “Festival de Teatro de Almada e Companhia de Teatro de Almada”, foi aprovada por unanimidade.

6.6.4 – A Saudação ao “Festival Sementes e Teatro Extremo”, foi rejeitada por maioria com 20 votos contra sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito IND Presidente da Junta de freguesia da Costa da Caparica; 16 votos a favor sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do CDS-PP e 1 abstenção da eleita do PAN.

6.6.5 – A Moção “Contra o Racismo”, foi aprovada por unanimidade.

6.6.6 – O “Voto de Solidariedade com o Povo da Palestina”, foi aprovado por maioria com 31 votos a favor sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito IND Presidente da Junta de freguesia da Costa da Caparica; 3 votos contra sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do CDS-PP e 3 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do PSD.

7 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da ordem de trabalhos relativo à apreciação da Petição “Carta Aberta: Por uma ciclovia ao longo da linha do metro para a Costa da Caparica” (n.º 4 do artigo 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Almada);

7.1.1 – Para apresentar o Relatório da 6.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Almada e no seguimento da reunião da 6.ª Comissão realizada no dia 11 de junho de 2024 com os peticionários da “Carta Aberta”, usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU), Presidente da 6.ª Comissão Permanente.

7.1.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No seguimento da “Carta aberta: por uma ciclovia ao longo da linha do metro para a Costa da Caparica”, remetida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Almada no dia 20 de maio de 2024, na qual a 6.ª Comissão Permanente se deve pronunciar e apresentar o respetivo relatório sobre o assunto no prazo estabelecido, de acordo com o ponto 1, do artigo 81.º do Regimento da Assembleia Municipal de Almada.

Considerando que a 6.ª Comissão agendou uma reunião com os representantes dos peticionários da “Carta aberta: por uma ciclovia ao longo da linha do metro para a Costa da Caparica”, refiram-se 106 peticionários, tendo na reunião realizada no dia 11 de junho de 2024, nas instalações da Assembleia Municipal de Almada, na presença dos deputados da respetiva Comissão, marcado presença quatro peticionários, onde os mesmos se pronunciaram sobre os motivos desta carta aberta, e conforme consta na ata n.º 28/XII-3.º/2023-24, somos a considerar o seguinte:

O grupo de cidadãos representantes dos subscritores da carta aberta, juntamente com associações de promoção da utilização de bicicleta, exige que o projeto de extensão do metro até à Costa da Caparica, inclua uma ciclovia contínua no canal de ferrovia que no seu entendimento será uma forma de potenciar as deslocações ativas, em particular no uso da bicicleta e a sua intermodalidade com os transportes públicos em Almada. Defendem que devem ser considerados investimentos que estimulem a mobilidade suave, que potenciem um desenvolvimento estratégico para a mobilidade em Almada e que sejam aproveitados os incentivos financeiros a nível nacional e europeu disponíveis para suportar estes projetos. Afirmam que a rede ciclável é praticamente inexistente e os troços que existem são desarticulados de um conceito de verdadeira rede que interligue os diferentes pontos intermodais do concelho.

Os deputados municipais valorizam a participação deste grupo de cidadãos numa matéria que deve ser amplamente discutida e que permita o encontro de soluções para a implementação da mobilidade suave, tendo a perfeita consciência que em alguns pontos da cidade não será fácil introduzir ciclovias, mas que na proposta que motivou esta “carta aberta” pode ser, logo na sua fase inicial, prevista uma ciclovia a acompanhar a extensão da linha de metro até à Costa da Caparica. É consensual que estas estruturas de uso da bicicleta e de outros modos suaves em espaço próprio devem ser, futuramente, incluídas no desenvolvimento do território e que o seu crescimento deve estar sempre associado aos planos de infraestruturização ao nível da rede viária, aos projetos urbanísticos, requalificação do espaço público e interfaces de transportes públicos.

Em consonância com a resposta da Direção Municipal de Desenvolvimento Urbano, da Câmara Municipal de Almada, pela pertinência das questões transversais, donde se destacam as que não se limitam à obra do MST, nem à questão da mobilidade ciclável, referimos que, e citamos: “com a implementação, em 2008, da atual infraestrutura do Metro Ligeiro de superfície em Almada, procurou-se de forma complementar incluir troços de via ciclável, que incrementassem as deslocações em bicicleta de acesso às paragens do MST.

O eixo territorial Estação do Pragal - Pólo Universitário do Monte da Caparica – Costa da Caparica/Trafaria, é há muito assumido pelo município, como estratégico nas opções de planeamento e nas ações que, entretanto, se tem vindo a implementar.

Dado que este se desenvolverá ao longo de zonas de menor densidade, está preconizada a inserção de um corredor ciclável ao longo do traçado desta infraestrutura ferroviária, possibilitando a acessibilidade ciclável a



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

este meio de transporte e a respetiva intermodalidade, com o objetivo de garantir alternativas de deslocação pendular mais sustentáveis e inclusivas.

Neste contexto, pretende o Município, que esta ligação possa vir a ser comparticipada no âmbito do Programa de Financiamento do Portugal 2030 – Mobilidade Sustentável, cuja execução deste corredor ciclável irá, em conjunto com os percursos já executados, garantir uma extensão ciclável continua com cerca de 25 km, entre a Estação do Pragal, Alameda Timor Lorosae, FCT, Costa da Caparica, seguindo para norte até à Trafaria e para sul, até ao limite do Concelho, pela Estrada Florestal e Avenida do Mar.”

Em face do exposto, recomenda-se à Câmara Municipal de Almada que:

No quadro da Revisão do Plano Diretor Municipal, em particular dos estudos de desenvolvimento das ciclovias no concelho de Almada e no estudo da extensão da linha de metro até à Costa da Caparica, seja avaliada a inclusão da construção de uma via ciclável ao longo do percurso do espaço canal.”

7.1.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Sónia Pires Silva (CDU), Beatriz Leal Ferreira (PSD), Pedro Dias Pereira (PS), José António Rocha (BE) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

7.1.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Sónia Pires Silva (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sobre esta petição, a CDU tem assumido, desde sempre, e relativamente à ciclovia, uma posição de afirmação e defesa, firmes e permanentes, do inalienável direito das populações a uma mobilidade de qualidade e em segurança.

Em termos políticos, assume esta matéria particular prioridade no quadro do direito constitucional que temos à mobilidade, a necessidade de reforço substancial do investimento público na promoção do desenvolvimento dos diferentes sistemas e modos de transporte público, definindo simultaneamente estratégias eficazes de promoção da sua interligação e utilização.

Nunca será de mais lembrar a intervenção concreta que a CDU tem tido na conquista dessa importantíssima vitória das populações relativamente ao ambiente, e como foi o caso estrutural do passe único na Área Metropolitana de Lisboa, pelo qual a CDU lutou ao longo de mais de 20 anos.

A posição da CDU em defesa do transporte público coletivo, é claramente reiterada na reunião com os representantes dos peticionários que dirigem esta “Carta Aberta” aos órgãos autárquicos, realizada no âmbito da audição da 6.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Almada àqueles representantes, conforme determina o Regimento da Assembleia Municipal de Almada. Entendemos reafirmar, neste momento e perante o plenário da Assembleia Municipal, esse princípio do qual não nos afastamos nem abdicamos.

Neste quadro, e complementarmente à verificação dessa prioridade, a CDU apoia, naturalmente, a “revindicação” de avaliação das condições objetivas, técnicas e políticas, tendo em vista a introdução de uma infraestrutura dedicada aos modos suaves de deslocação, complementar ao sistema de transporte público que é o Metro Sul do Tejo, no âmbito do estudo da solução de implantação do troço que dará corpo à extensão do Metro Sul do Tejo à Costa da Caparica, e que o Governo encarregou o Metro de Lisboa de concretizar.

Neste sentido, a CDU irá votar favoravelmente a recomendação que resultou da audição dos representantes dos peticionários pela 6.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Almada, que hoje nos é presente.”

7.1.2.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para alguns esclarecimentos sobre essa matéria, agradecendo a leitura que foi feita da resposta do próprio Município.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Dar nota que relativamente àquilo que está no PDM e que os Senhores Deputados também já conhecem, mantemos naturalmente, independentemente de poder haver mais vias clicáveis, mais redes clicáveis, a firme intenção de avançarmos com aquilo que nós apelidamos de Corredor Verde ao longo do IC 20, que é a forma mais rápida, aliás, muito mais rápida do que se for pelo canal do metro, de fazer a ligação entre Almada e a Costa da Caparica. Nós escondemos que esse projeto que já estava a ser elaborado, agora até com as obras do IC20 até às Casas Velhas, terá que ser equacionado, assim que no âmbito das conversações que temos tido e com o anterior Governo e já também com o atual, inclusivamente no âmbito das obras do alargamento do IC20, temos estado a insistir também sobre a necessidade de criar inclusivamente novas travessias pedonais e clicáveis, entre a margem norte e a margem sul do IC20 ligando até à Universidade, facilitando o acesso dos estudantes à Universidade, mas não só, para que se possa vir desde a Charneca de Caparica, Sobreda de bicicleta até ao Monte de Caparica.

Portanto, nós vemos sempre com bons olhos a possibilidade de mais trajetos clicáveis.

Quero dar nota que o que está em cima da mesa e que resulta de um Decreto-Lei que já veio e cujos os termos do protocolo também, não foi ainda assinado pela infeliz circunstância do desaparecimento do seu Presidente do Conselho de Administração do Metro de Lisboa, a quem aproveito a ocasião para lamentar a sua perda, e naturalmente desejar a toda a sua família as mais sentidas condolências. Mas dizia eu, o trajeto que está previsto é até à Costa da Caparica, aquele que já tinha sido previsto anteriormente, o que está previsto de forma diferente é depois o Metro chegar até à Trafaria onde aliás, já existe uma rede ciclável que também se pretende reabilitar e que já vai certamente incluir esta questão.

Portanto, nada contra mais redes clicáveis, a informação estou certa, será transmitida aqui pela Assembleia Municipal e por nós também, a questão da Carta Aberta, essa questão não nos causa qualquer perturbação. Quero dar uma garantia que independentemente das obras do Metro, o Município continuará a trabalhar na extensão e na adequação da rede ciclável de Almada, para que se torne de facto um meio de transporte cada vez mais eficaz.”

7.1.2.3 – A Senhora Deputada Municipal Beatriz Leal Ferreira (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O PSD começa por dar os parabéns aos promotores desta petição apesar de os munícipes terem sempre a oportunidade de utilizarem o Período Aberto ao Público para participar, as petições são uma ferramenta importantíssima para trazer de uma forma mais direta a sociedade a esta casa e sobretudo, permite debater problemas que são mais específicos e obviamente pela dimensão e pela complexidade do nosso Concelho, podem ficar fora da discussão política digamos mais comum.

Nós sabemos que dá trabalho, que às vezes é incomodo dar a cara e por isso, parabéns pelo exercício de cidadania.

Há muitos anos que é uma bandeira do PSD a expansão do metro de superfície até à Costa da Caparica, consideramos que é um meio de transporte que oferece todas as condições técnicas para vencer a barreira da distância do centro do Concelho a esta Freguesia tão importante. Nós não nos podemos esquecer que a Costa não é só turismo de fim de semana, tem muitas pessoas, tem famílias, tem habitantes que ali residem e que dependem essencialmente do carro para aceder aos seus trabalhos, para fazer a sua vida no dia a dia e o carro deveria ser uma opção e não uma obrigação.

Também deve ser uma opção para os almadenses poderem circular de uma forma mais aprazível, mais saudável, mais sustentável, utilizando a bicicleta ou outros meios de transporte suaves.

A verdade é que herdamos um Município com muita construção, com construção feita à pressa para resolver problemas imediatos, sobretudo nos anos 60 e 70, sem influência de um bom planeamento urbano, por isso, a intenção deste executivo de continuar a apostar na bicicleta como meio de transporte diário, às vezes barra na própria estrutura e na própria dinâmica da cidade.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Compreendemos que nem sempre é possível criar ciclovias ideais, há zonas no Concelho, como por exemplo, o caso da Charneca de Caparica, onde a luta ainda é pela criação de passeios, portanto, ainda há muito caminho que temos que fazer.

Por isso, nós não podemos perder esta oportunidade com esta nova infraestrutura de aproveitar os canais que vão ser abertos para implementar uma ciclovia com qualidade, sem conflitos com outros meios de transporte e para servir os interesses dos almadenses.

Saudamos o Município pelo esforço que está a desenvolver neste sentido.

Por último, a petição trouxe também o tema da discussão pública. Nós concordamos com a abertura à discussão dos traçados e dos formatos da ciclovia, que no entender do PSD vai muito mais além da obrigatoriedade legal de colocar documentos finais à discussão. Os planos de mobilidade e as infraestruturas devem ser feitas por especialistas, como é natural, mas só têm a ganhar com uma visão mais colaborativa durante a sua elaboração. Sabemos também que o processo de revisão do PDM está a ser usado para refletir sobre a rede ciclável de Almada, e esperamos que o resultado seja positivo e que possa também incluir a experiência destes cidadãos peticionários.”

7.1.2.4 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Dias Pereira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu pertenço à 6.ª Comissão e, portanto, conheço bem aquilo que foi dito pelo nosso colega Luís Palma, e dizer que o PS é favorável e apoia todos os modos que permitem uma melhor e mais eficiente mobilidade dos cidadãos no território. Temos também que entender que o território muitas vezes não facilita a implementação de redes clicáveis e temos que encontrar aqui as melhores soluções.

Eu devo recordar também, que o Município desde há sete anos tem vindo a fazer um esforço notável, na implementação de redes clicáveis no Concelho. Recordo a Estrada Florestal na Costa da Caparica, a Avenida do Mar na Charneca de Caparica, a Estrada do MFA na Charneca de Caparica, e nós gostaríamos é que houvesse mais. Mas como eu disse, o território foi sendo construído ao longo dos anos e às vezes não permite a implementação de mais redes clicáveis.

Nós não temos uma cidade como Varsóvia, por exemplo, na Polónia que tem muito espaço e que tem muitas redes clicáveis, enfim, não tivemos uma guerra que destruíram os edifícios e que tudo que se construiu de novo. E, portanto, nós temos que ir trabalhando com aquilo que temos. Mas aquilo que está a ser feito pelo Município, é positivo e nesse sentido também agradecer à Câmara Municipal e os seus técnicos, o esforço que têm vindo a fazer nestes novos meios de locomoção dos cidadãos.”

7.1.2.5 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tendo em conta que este foi um relatório que saiu da reunião em sede de comissão entre os Deputados dos vários partidos e os subscritores desta petição, deixar aqui apenas algumas notas relativamente às ciclovias.

O Bloco de Esquerda em várias sessões quer de Assembleia Municipal, quer de Câmara Municipal, tem apresentado recomendações para implementar ciclovias onde for possível naturalmente.

Sobre esta petição em concreto, naturalmente que o Bloco de Esquerda não se opõe de todo à implementação de uma ciclovia ao longo da extensão do Metro Sul do Tejo até à Costa da Caparica, e que sejam estudadas todas as possibilidades para que isso aconteça e dizer que de facto, a aposta nas ciclovias e na mobilidade suave é importante, mas é muito mais importante um forte investimento nos transportes públicos isso de facto, contribuirá muito mais para combater o buraco na camada do ozono.”

7.2 – Entrou-se no ponto 3.2 da ordem de trabalhos, para apresentação dos Relatórios das Comissões Permanentes, nos termos do artigo 86.º do Regimento;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7.2.1 – Para apresentar o Relatório da 1.ª Comissão usou da palavra o Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE);

7.2.1.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Comissão realizou uma reunião no dia 19 de abril de 2024.

Nesta reunião, o Sr. Vereador José Pedro Ribeiro abordou os pontos relativos aos Documentos de Prestação de Contas de 2023 dos SMAS e à 1.ª Alteração Modificativa do Orçamento de 2024 e anos seguintes dos SMAS.

O Senhor Vereador Filipe Pacheco destacou várias questões pertinentes relativamente ao Relatório e Conta de Gerência da Wemob relativos ao exercício de 2023. Entre estas, incluem-se a implementação dos alertas SMS, a recuperação do atraso na afetação dos dísticos de veículos em fim de vida, permitindo aumentar em uma centena o número de veículos removidos em 2022, o reforço dos agentes de estacionamento, e as questões relativas ao Flexibus em Pêra e no Porto Brandão. Também abordou atualizações sobre o funcionamento da Carris Metropolitana, os anos de reconstrução da empresa e a importância da consolidação e do retorno ao crescimento. O Sr. Vereador finalizou a sua intervenção destacando o reforço do diálogo interno com os trabalhadores, que contribuiu para a normalização da situação na empresa. A Sra. Presidente do Executivo, ainda neste ponto, mencionou que a morosidade do processo não se deveu à administração da Wemob, mas à falta de resposta da outra parte.

Relativamente à Prestação de Contas de 2023 do Município de Almada, a Sra. Presidente do Executivo referiu que este documento requer sempre uma leitura técnica e política, e que a apresentação já havia sido feita em reunião de Câmara. Abordou também questões relativas ao PRR, ressaltando a importância de não deixar cair os projetos em curso. Mencionou o aumento dos custos derivados da inflação, que impactam a realização de projetos, e a necessidade de sinergias entre o poder local, o poder central e as instituições europeias e nacionais para lançar projetos concretizáveis. Abordou também questões relativas ao IUC e à derrama, destacando o impacto profundo da baixa de impostos nos municípios. Neste ponto, a Sra. Deputada Municipal Margarida Lourenço questionou a Sra. Presidente sobre as despesas globais inerentes à Transferência de Competências garantidas pela Câmara Municipal de Almada. A Sra. Presidente referiu os valores em causa e mencionou que a Competência da Saúde ainda não foi realizada. Ressaltou também o aumento do apoio social prestado pela Câmara Municipal, em conjunto com as Uniões de Freguesias, decorrente do aumento do custo de vida das famílias, e a implementação célere deste apoio em comparação com o passado.

O detalhe das exposições, as questões suscitadas e as subsequentes respostas podem ser consultadas na ata desta reunião.”

7.2.2 – Para apresentar o Relatório da 2.ª Comissão usou da palavra o Senhor Deputado Municipal João Luís Couvaneiro (PS);

7.2.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Luís Couvaneiro (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Durante o período em questão, não se realizaram reuniões da 2.ª Comissão Permanente. Esta ausência deve-se à inexistência de solicitações de reunião, dificuldades de articulação de agendas e a ausência de assuntos premententes. Não obstante, informamos que foram agendadas reuniões da comissão com os gabinetes dos seguintes membros do executivo: 1. Vereador Filipe Pacheco - Data da Reunião: 24 de julho de 2024, pelas 17:00 - Ordem de Trabalhos: Discussão sobre programas e projetos para a juventude em Almada; Análise de iniciativas no âmbito do desporto municipal; Balanço das atividades da área da juventude e desporto no primeiro semestre de 2024; Planeamento das atividades da área da juventude e desporto no primeiro semestre de 2024. 2. Vereadora Teodolinda Silveira - Data da Reunião: 30 de julho de 2024, pelas 17:00h. - Ordem de Trabalhos: Avaliação do estado atual das escolas em Almada; Projeto Educativo Municipal; Balanço das atividades da área da educação no primeiro semestre de 2024; Planeamento das atividades da área da educação no primeiro semestre de 2024. 3. Presidente Inês de Medeiros Foi também agendada uma reunião com a Presidente da



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Câmara Municipal, Inês de Medeiros, para abordar temas pertinentes na área da cultura - Data da Reunião: 26 de julho de 2024, pelas 17:00h. - Ordem de Trabalhos: Apresentação de questões culturais prioritárias em Almada; Balanço das atividades da área da cultura no primeiro semestre de 2024; Planeamento das atividades da área da cultura no primeiro semestre de 2024. Conclusão A 2.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Almada reafirma o compromisso de continuar a promover o debate e a reflexão em torno do desenvolvimento sustentável das áreas da educação, cultura, desporto e juventude em Almada. As reuniões agendadas com os vereadores e com a presidente da Câmara constituem passos importantes para este objetivo, esperando-se resultados positivos para o benefício da comunidade local.”

7.2.3 – Para apresentar o Relatório da 3.ª Comissão usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Sérgio Faria Bastos (PS);

7.2.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Faria de Bastos (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No primeiro semestre foram realizadas 3 reuniões, a saber:

5 de fevereiro reunião que serviu para a Calendarização dos trabalhos e das reuniões no presente ano.

Na mesma reunião foi questionado o facto de o ICNF não ter ainda respondido á solicitação desta comissão. Foi ainda elencada a necessidade de reunir com a Senhora Presidente da Câmara para se efetuar um ponto de situação dos trabalhos do PDM, bem como dos restantes instrumentos de gestão territorial de responsabilidade do município de Almada.

8 de maio de 2024 reunião com a presidente da CMA relativa ao Agroparque das terras da costa

com a presidente da CMA, que em conjunto com os técnicos da autarquia deram a conhecer o ponto em que se encontrava à data este processo

A Presidente da CMA, começou por apresentar o projeto, no âmbito da candidatura do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) direcionado para Comunidades Desfavorecidas (Operação Integrada Local 2 – Costa da Caparica), que se encontra em curso.

Afirmou que o objetivo do mesmo é a concretização do Parque Agroalimentar das Terras da Costa e do Mar e a criação da marca com o mesmo nome. Foi referida a sessão de esclarecimento de dúvidas com os agricultores no Fórum Romeu Correia e foi feita uma breve síntese do histórico do litígio gerado pela ocupação das terras da Costa, de terrenos que integram a propriedade da CMA, nomeadamente, em áreas REN e RAN.

A este propósito, a Presidente fez questão de esclarecer que, pela classificação daquelas zonas, é impossível construir qualquer urbanização nas mesmas, excetuando num pequeno recorte de terreno no seu limite, que integra a zona urbana, onde já foi aprovado o loteamento e onde serão construídos 140 fogos habitacionais.

A Presidente expôs que o projeto do loteamento inicial previa 340 fogos, mas que, posteriormente, constatou-se que tal projeto não estava em concordância com o PDM, pelo que, foi necessário redesenhar o loteamento para permitir os 140 fogos.

Relativamente às habitações de alvenaria construídas ilegalmente, foi afirmado que, como estas ainda não integram o programa de realojamento, a CMA compromete-se a não tomar qualquer ação contra aquelas casas neste, e que apenas irá evitar que se construam mais edificações.

Sobre a génese do projeto do Agroparque, a Presidente destacou duas linhas fundamentais: que a manutenção da agricultura naquelas terras visa o combate à precariedade e que o financiamento de uma agricultura de transição permitirá não só melhorar a qualidade do solo, mas também a criação de um mercado viável e duradouro.

Dentro dos princípios da candidatura integrante do PRR, lembrou-se a importância das componentes ambiental e de valorização comunitária. Ainda quanto à comercialização destes produtos, foi referida a estratégia relativa à criação da marca Terras Da Costa e do Mar, em colaboração com agricultores e pescadores.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

De seguida passou-se ao período de discussão em que os deputados de todas as forças políticas intervieram e em que salientaram a mais valia deste projeto, mas questionaram a PCMA sobre as dúvidas e incertezas que diversos agricultores e moradores manifestaram na anterior assembleia municipal sobre o desenrolar deste projeto.

Fruto das dúvidas e incertezas que foram suscitadas por diversos deputados municipais nesta reunião, foi solicitado o agendamento de uma reunião com os agricultores das terras da costa.

Assim no dia 25 de junho decorreu a 3.ª reunião desta comissão, reunião essa que decorreu nas próprias terras da costa em que estiveram presentes além dos deputados municipais, moradores, agricultores e representantes das associações de agricultores das terras da costa.

Foi referido por diversos participantes, por um lado uma melhor compreensão sobre o que é o projeto do Agroparque e por outro lado aquilo que são os receios associados a este projeto bem como a necessidade de melhorar a comunicação entre a CMA e os agricultores e suas associações.

Face às questões levantadas ficou acordado agendar brevemente uma reunião com os representantes das duas associações de agricultores.”

7.2.4 – Para apresentar o Relatório da 4.ª Comissão usou da palavra o Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro (PSD);

7.2.4.1 – O Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Neste período a Comissão realizou em 31 de janeiro a sua reunião para programação das atividades a realizar durante o ano de 2024.

A Comissão durante este período reuniu com as entidades seguintes:

- 3 abril – Associação de Turismo de Lisboa

Nesta reunião a Associação de Turismo de Lisboa informou a Comissão sobre os seus principais objetivos enquanto entidade e que passam pelo desenvolvimento turístico na sua área de intervenção, a promoção da região de Lisboa como um dos principais destinos turísticos dentro dos mais variados produtos de lazer, a promoção da região como local de realização de eventos diversificados e ainda o apoio e informação aos turistas.

Nesta reunião verificou-se também a disponibilidade da Associação de Turismo de Lisboa para colaborar com o município de Almada, especialmente na definição estratégica.

Foi referido pela Associação a necessidade de no Concelho de Almada se apostar mais na capacidade hoteleira, sendo preciso ter mais 4 ou 5 hotéis com alguma dimensão.

Relativamente a projetos futuros foi identificada a Rede de Cais do Tejo e a aposta na vertente marítimo – turística, especialmente para a zona do Olho de Boi e para Cacilhas que já tem uma procura acentuada.

Na questão estratégica foi reiterado que a autarquia deve desenvolver o seu Plano Estratégico para o Turismo e que este deve procurar ser compatível com os instrumentos já existentes para a Área Metropolitana de Lisboa

Foi ainda referida a importância da existência de marcas, e que estas têm de ser identificadas para consumo local, nacional e/ou internacional, dando como exemplo o Surf que está associado à Costa da Caparica.

- 10 abril – Direção da Delegação de Almada da Associação do Comércio, Indústria, Serviços e Turismo do Distrito de Setúbal

Fomos informados que a nova Direção da Delegação tinha tomado posse há cerca de 3 semanas o A Direção deu-nos uma panorâmica sobre as atividades que pretendem desenvolver durante o ano de 2024 e que se prendem com a promoção de diversas iniciativas e eventos virados para o apoio aos vários setores que representam.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Foi-nos referido que acha, que a Câmara Municipal deve desenvolver mais iniciativas, especialmente durante a época considerada mais baixa (Inverno) em que os comerciantes muitas vezes se veem obrigados a recorrer a algumas poupanças, dando como exemplo o mês de janeiro de 2024 que para alguns foi uma autêntica desgraça. Foi referida ainda a dificuldade existente nos licenciamentos e informado de que os prazos não são cumpridos no urbanismo municipal e que se os empresários não fazem mais é porque existe muita burocracia e que muitos negócios não se instalam no Concelho de Almada por causa desses constrangimentos, dando como exemplo a medida de distância que em Lisboa demora uma hora e que em Almada demora pelo menos um mês .

- 15 abril – Associação dos Concessionários da Costa da Caparica

Nesta reunião a Direção da Associação dos Concessionários começou por manifestar a preocupação com a situação precária em que se encontram e que não sabem como vai ser o dia de amanhã, já que a qualquer momento pode chegar a notícia de que tudo acabou.

Acrescentaram que o facto de estarem a pagar renda não significa nada, que não lhes confere nenhuma garantia quanto ao futuro e que isso é o pior devido às falsas expectativas em que vivem.

Referiu ainda que representam 21 concessionários da frente urbana e que todos têm muitas obrigações a cumprir, já que são responsáveis por cerca de 250/300 trabalhadores, e tem compromissos com a limpeza e asseio, bem como com a existência dos nadadores salvadores, sendo que destes 21 concessionários apenas 11 é que dão assistência à praia.

Referiram a reunião realizada com a Senhora Presidente da Câmara, mas que esta referiu que não podia adiantar grande coisa, já que estavam dependentes das decisões da Costa Pólis, mas que era necessário ajudar a acalmar as pessoas e eventualmente criar uma fase de algum comprometimento.

Foi referido que os concessionários querem estar legais e que naturalmente aceitam a realização de concursos públicos, mas que ninguém se pode esquecer dos investimentos que realizaram para manter as unidades em funcionamento e que se calhar são necessárias a introdução de algumas alíneas que possam salvaguardar esse investimento nos melhoramentos. Lembraram que eles têm tido enorme importância no cuidar da Costa da Caparica e a mantê-la atrativa para quem lá vive e para quem a visita.

Expressaram ainda que a Câmara Municipal devia ter a obrigação, por exemplo, de instalar WC's públicos, já que por ali passam cerca de 8 milhões de pessoas por ano e que esse serviço público tão necessário tem sido assegurado pelos concessionários.

- 16 maio – Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada e Senhores Vereadores José Pedro Ribeiro e Nuno Matias:

Nesta reunião estiveram também presentes:

Paulo Pais – Diretor Municipal do Desenvolvimento Urbano; Ana Libreiro – Diretora do Departamento de Administração Urbanística; Marco Dias – Diretor para o Litoral da Wemob; Diogo Pereira – Chefe de Gabinete da Senhora Presidente da Câmara Municipal; Marta Lourenço – Assessora da Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara começou por se referir que era necessário garantir alguma segurança aos concessionários da frente urbana de praias da Costa da Caparica relativamente às concessões, mas que era necessário que a Costa Pólis transmitisse primeiro os equipamentos para a APA e por sua vez esta para a Câmara Municipal. Referiu que os edifícios são da Costa Pólis e que por isso o concurso tem de ser aprovado por esta como proprietária e que depois a Assembleia geral poderá delegar esse concurso na CMA.

Informou que os contratos já caducaram todos e que tinham chegado a acordo com o anterior governo, mas que devido à tomada de posse do novo governo iriam enviar novos ofícios para tratar da situação.

Informou também que tinha sido contactada uma empresa no sentido de começar a fazer o caderno de encargos tendo em vista a realização do concurso público.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro reforçou a ideia de se tentar ver como é que seria possível, dentro da legalidade, incluir no caderno de encargos do futuro concurso alguma cláusula sobre o direito de preferência.

Relativamente às atividades para 2024 da sua área de responsabilidade o Sr. Vereador José Pedro Ribeiro manifestou à Comissão que as receitas referentes ao urbanismo têm vindo a aumentar, o mesmo se aplicando ao consumo de água no território.

Referiu também que a Câmara tem vindo a promover a reabilitação urbana em todo o Concelho.

Informou ainda que existem alguns grupos imobiliários que pretendem investir no concelho, referindo-se concretamente à possibilidade de construção de 540 fogos na zona da Sobreda e também a intenção de um grupo chinês de realizar também um grande investimento.

O Senhor Diretor Municipal, Paulo Pais, informou que existem várias propostas para a construção de mais unidades hoteleiras e que fazem falta mais camas no concelho, deu como exemplo relativamente aos hotéis a Quinta da Arealva, o Lazareto e a Aroeira, manifestando ainda que 70% das camas do concelho são relativas ao Alojamento Local.

O Senhor Vereador Nuno Matias mencionou que o Alojamento Local em Almada é pequeno e que não prejudica a habitação social do concelho e que existe a necessidade de captar turismo e investimento imobiliário para uma melhor resposta no território. Adiantou ainda que a questão colocada pelo Sr. Diretor Municipal Paulo Pais era muito relevante e que significava que em Almada não havia a pressão do Alojamento Local, já que a oferta de habitação no concelho não teve uma redução.

O Senhor Vereador Nuno Matias fez uma apresentação à Comissão relativa à área do Turismo em que declarou que a Câmara pretende criar o Conselho Municipal do Turismo, cujo início de procedimento iria brevemente a reunião de CMA e também a criação e promoção de novos itinerários de interesse turístico.

Informou ainda da presença do Concelho em feiras e certames de promoção do destino turístico, tendo dado como exemplo a presença na BTL, que se realizou de 28 de fevereiro a 3 de março.

Aludiu ainda à realização dos eventos de dinamização e promoção turística como o Concurso Gastronómico Sabores de Almada, o Almagusto e o Trafaria ComProva.

Para finalizar a parte do Turismo citou a instalação dos Postos de Turismo Virtuais, a elaboração do Plano Estratégico para o Turismo e a implementação da Nova Sinalética Turística Pedonal e que se encontra em estudo a aplicação da taxa turística municipal.

De seguida o Senhor Vereador Nuno Matias referiu-se à área dos Mercados, tendo falado sobre o lançamento dos Concursos de Conceção dos projetos de reabilitação dos Mercados de Almada e da Costa da Caparica, à revisão do Regulamento Municipal dos Mercados Retalhistas que, entretanto, terminou a discussão pública e que será apresentado na Assembleia Municipal.

Falou ainda da instalação de portas automáticas no Mercado do Monte de Caparica e que aguardava por parte da União de Freguesias da Caparica e Trafaria o envio de orçamentos para substituição da iluminação nos mercados do Monte de Caparica e da Trafaria, no caso deste último pretende-se também instalar um elevador de acesso ao 1.º piso.

Referiu-se ainda à reabilitação da cobertura do Mercado do Feijó que se encontra na Direção Municipal de Obras para execução da empreitada.

Finalmente informou que se encontra para instalação a aplicação informática GESCALIBRA para calibração e verificação de equipamento no Serviço de Metrologia.”

7.2.5 – Para apresentar o Relatório da 5.ª Comissão usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Ana Luisa Rodrigues (CDU);



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7.2.5.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Até à data desta assembleia foram realizadas quatro reuniões, encontrando-se agendada para amanhã, dia 28, a quinta reunião, que será com o conselho de administração da ULS Almada/Seixal nas instalações do HGO.

Realizou-se uma visita aos Bairros Rosa e Branco e aglomerado clandestino na zona do Penajoia, estiveram presentes 3 técnicos do IHRU, a convite da 5.ª Comissão Permanente.

Nesta visita pode constatar-se o estado de degradação do edificado no bairro rosa, em que se pode observar a ocorrência de queda de vários blocos das varandas que, entretanto, foram protegidas com redes e gradeamento colocados pelo IHRU, entidade proprietária e com responsabilidade pela manutenção destes edifícios.

Fomos informados pelos técnicos do IHRU de que está previsto o início da recuperação dos prédios dentro de duas semanas, obra que deverá ter a duração mínima de dois anos.

Os espaços exteriores da responsabilidade da CMA, em ambos os bairros, necessitam de intervenção urgente de limpeza e corte de vegetação, é notória a ausência de recolha de lixo, tendo alguns munícipes relatado a presença de ratazanas e outros infestantes. Verificou-se também a existência de amontoados de sacos de lixo cheios de vegetação, aparentemente cortada pela empresa contratada pelo município, que após o corte, não recolhe os sacos ficando estes espalhados pelo bairro.

No bairro Branco, existem também em locais diversos, vários amontoados de monos a aguardar recolha.

Quanto ao aglomerado clandestino no Penajoia, observa-se a presença de material de construção e várias construções terminadas e habitadas e outras em fase de construção, sendo perceptível o crescimento de ocupação clandestina.

Não obstante os técnicos presentes, não pertencerem ao departamento do IHRU que acompanha esta área geográfica, informaram que se encontrava previsto as demolições começarem no fim de semana, (a visita ocorreu no dia 18/6).

Relativamente às quatro reuniões realizadas, duas foram de planeamento dos trabalhos da comissão para o semestre, outra com o senhor vereador da habitação, e a última com as entidades, que assumiram a Ação social no âmbito da transferência de competências.

A reunião com o senhor vereador Filipe Pacheco, teve como ordem de trabalhos a criação do cemitério para animais domésticos, o centro de bem-estar animal e o ponto de situação da habitação.

Foi parecer do sr. Vereador que a questão do cemitério para animais deverá ser abordada com o departamento dos espaços verdes. Dado levantarem-se várias dúvidas, inclusive de âmbito legal, decidiu-se pedir parecer à DGAV.

Quanto ao centro de bem-estar animal, fomos informados da existência de problemas com o anterior projeto, estando a equipa de projetistas a resolver a questão, prevendo-se a versão final para o início de Março.

Informou da construção de 95 fogos em Vale Lindoso, tendo sido lançado novo concurso de empreitada porque o inicial para 9 fogos ficou vazio. Na Quinta do Facho a construção de 52 fogos, foi nessa semana a sessão de câmara. A reabilitação na Quinta de Santo António, consulta de projeto já foi lançada.

Prevê-se a requalificação do parque habitacional com intervenção em mais de 300 habitações, sendo 40 de recuperação integral.

Em 2023 foram adquiridos 13 fogos, mais 7 pelo direito de preferência e na rua Febo Moniz foram adjudicados 12 fogos.

Em Alfazina já iniciaram a construção de 208 fogos que serão de renda acessível.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Relativamente ao 2.º Torrão, foram arrendadas casas para sobre alugar, irá a sessão de camara o prolongamento dos arrendamentos pelo programa Porta de entrada até 36 meses. Preveem a conclusão dos primeiros fogos dos 95 de realojamento do 2.º Torrão, para o final de 2025 início de 2026.

Relativamente ao quartel da Trafaria, será para residência estudantil, estando a decorrer conversações para que o património passe para o município, estas conversações pararam devido à realização próxima de eleições.

No dia 22 de Maio realizou-se a reunião com as entidades responsáveis pela ação social no concelho, no âmbito do protocolo de transferência de competências. Estiveram presentes 3 das 4 instituições, a SCMA - Santa Casa da Misericórdia de Almada, a ASDL – Associação de Solidariedade e Desenvolvimento do Laranjeiro e o CPNSC - Centro Paroquial Nossa Senhora da Conceição, não obstante ter sido enviado convite, não se fez representar o Centro Paroquial do Cristo Rei.

É desenvolvida a seguinte intervenção, no âmbito do atendimento e acompanhamento social a: Beneficiários de RSI – Rendimento Social de Inserção; Indivíduos que recorrem à ação social; Pessoas em situação de sem abrigo; Pessoas que entrem em contacto com a Linha Nacional de Emergência Social.

Toda esta intervenção já era desenvolvida por estas entidades por protocolo com a Segurança Social, exceto o atendimento e acompanhamento de âmbito da ação social, que assumiram com a transferência de competências do município em Abril de 2023.

A metodologia adotada foi a já existente, de gestor de caso e de atendimentos descentralizados, pelo que não exigiu necessidade de adaptação por parte dos técnicos.

Foram referidas pelos presentes, e em documento entregue pela equipa técnica da SCMA, as problemáticas, dificuldades e desafios existentes, que passamos a relatar.

Identificaram as seguintes problemáticas existentes:

- Habitação, (insuficientes fogos sociais, arrendamento privado inacessível, situações frequentes de despejo).
- Saúde mental (respostas/recursos insuficientes).
- Pessoas em situação de sem abrigo (respostas/recursos existentes no concelho insuficiente).
- Imigrantes (aumento do número de pessoas que recorrem aos serviços sem documentação e com ausência de rendimentos).
- Idosos isolados/abandonados (aumento dos casos, com baixos rendimentos, sem critério para integração e ERPI – estrutura Residencial para Idosos face ao valor solicitado).
- Situações de insalubridade (aumento do número de situações).
- Apoio alimentar (os pedidos continuam a ser expressivos e as respostas são nitidamente insuficientes, bem como a quantidade de alimentos disponibilizados e insuficientes vagas ao nível da cantina social). As famílias priorizam o pagamento da renda de casa necessitando depois de apoio económico para subsistência.

Dificuldades identificadas:

- Dificuldade de acompanhamento de proximidade face ao elevado número de processos por cada técnico, elevada carga burocrática e complexidade das situações tem levado as equipas a um esforço constante. Consideram que houve um aumento de trabalho aproveitando os recursos já existentes.
- Insuficiência de respostas no âmbito da psicologia e da psiquiatria.
- A situação habitacional tem-se revelado cada vez mais um problema para as famílias. A ausência de resposta por parte dos organismos competentes continua a provocar bastante tensão na relação das famílias com os serviços.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

- A nova plataforma da CMA no âmbito do programa Habit'Almada foi referida consensualmente, como uma grande dificuldade. Em média o processo demora cerca de 1h30 a ficar concluído e muitas vezes fica incompleto, exigindo a necessidade de o utente recorrer outra vez ao serviço com a mesma finalidade. A exigência de os utentes terem a chave móvel digital também não simplifica.

- O facto de não existir um Centro de Acolhimento de Emergência Social nem parcerias com unidades hoteleiras para situações de integração imediata, (despejos, pedidos da linha de emergência), é um constrangimento dado que impossibilita a integração imediata dos utentes em habitações/quartos/unidades hoteleiras.

- Dificuldades de articulação com entidades parceiras (áreas da saúde, educação, habitação, emprego, CPCJ, EMAT).

- Mediante aumento exponencial de processos e falta de respostas tem-se verificado dificuldade em dar respostas às situações em tempo útil.

- Existência de circuitos burocráticos e morosos no que toca ao Apoio Económico Eventual desde a transferência de competências.

- Redução do número de AAD's – auxiliares de ação direta e aumento do número de processos, em média cada AAd acompanha 310 processos familiares.

Desafios/propostas de superação:

- Revisão do rácio de processos em acompanhamento por cada técnico.

- Tornar a plataforma do Habit'Almada mais simples, (como por exemplo a do IHRU, Camara Municipal do Seixal) sem ser necessário anexar documentação numa fase inicial.

- O município deve ter o desafio de garantir o estabelecimento de parcerias com unidades hoteleiras que possibilite a integração de famílias em situação de sem abrigo e de emergência social.

- Continuar a desenvolver uma intervenção que articule e integre a dimensão social, psicológica, formativa e empreendedora junto dos diferentes públicos.

No âmbito da competência da 5.ª Comissão, foi enviado ofício aos serviços de Protecção civil do município a relatar uma situação identificada pelos moradores, aquando da visita ao bairro junto do IPQ, que se prende com a antiga loja Continente, propriedade da Sonae, que se encontra encerrada mas da qual saem rastejantes e frequentemente cheiro a gás, podendo eventualmente constituir situação de insalubridade e perigo.

Foi também dado conhecimento à 7.ª Comissão, da disponibilidade de se trabalhar articuladamente, sobre assuntos que sejam do âmbito de ambas as comissões.

Atividade Pendente:

Reunião com o IHRU, não obstante as várias insistências.

Reunião com o Ministério Público, ainda sem resposta.

Pedido de informação à DGAV, sobre a criação de um cemitério para animais de companhia, (moção apresentada pelo CDS que baixou à 5.ª Comissão).

Pedido de reunião com a senhora vereadora Teodolinda Silveira, no âmbito da transferência de competências da ação social.

Resposta do executivo, a pedido de envio do plano de mobilidade para o concelho.

Resposta do executivo, a pedido de envio do relatório de avaliação referente ao primeiro ano de transferência de competências da ação social.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

Resposta do IHRU a pedido de informação sobre o aglomerado clandestino do Penajoia.

Atividade programada:

Reunião no HGO com conselho de administração da ULS Almada/Seixal, tal como mencionado anteriormente.

Dar continuidade às visitas aos bairros sociais.

Continuidade do trabalho já iniciado e que se encontra pendente de resposta.”

8 – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H30, deu-se por concluída a Primeira Reunião da Sessão Ordinária de Junho da Assembleia Municipal, prosseguindo o cumprimento da agenda na Segunda Reunião, prevista para 28 de junho, pelas 21H00.

8.1 – A terminar os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal expressou um agradecimento ao Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro – CIRL, pelo acolhimento e cedência da sala onde se realizou esta sessão.

9 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal, da Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira (PS), dos/as Vereadores/as Senhores/as José Pedro Ribeiro (PS), Filipe Pacheco (PS), Francisca Baptista Parreira (PS), Nuno Filipe Matias (PSD), António Sousa Matos (CDU), José Luís Buchó Matos (CDU), Helena Manuela Azinheira (CDU), Mara Rita Silva Martins (CDU) e Filipa Lourenço Cruz (BE).

10 – Foi verificada a presença de cerca de 130 munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

11 – Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE

O 1.º SECRETÁRIO

A 2.ª SECRETÁRIA

